



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1796/15	DATA: 22/09/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h25min	TÉRMINO: 17h51min	PÁGINAS: 92

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
VENINA VELOSA DA FONSECA - Ex-Gerente-Executiva da Diretoria de Refino e Abastecimento da PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transportes, navios-plataforma e navios-sonda; e a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI - PETROBRAS).

Ata.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 50ª Reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Izalci solicita a dispensa.

Acolhida a proposição do Deputado Izalci, coloco a ata em discussão.
(Pausa.)

Em votação.

Os senhores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Expediente.

Ofício do Deputado Júlio Delgado, comunicando o seu afastamento da CPI, por iniciativa própria, até que seja esclarecida a citação do seu nome durante as investigações dos processos relacionados à Operação Lava-Jato. O Deputado esclarece que tomou a decisão por coerência com sua posição, já manifestada, no sentido de que todos os Deputados membros da Comissão citados nos autos daqueles processos devam se afastar da Comissão, *“para que não haja qualquer dúvida sobre a imparcialidade das investigações realizadas pela CPI”*.

Mensagem eletrônica com petição assinada pela defesa de Richard Andrew van Otterloo, convocado para prestar depoimento perante esta CPI no dia 24 de setembro, informando que o depoente passou por um procedimento cirúrgico no dia



18 de setembro, devendo permanecer em repouso absoluto por um período de 20 dias, conforme relatório médico anexo.

Diante da escusa justificada, redesignarei a audiência para data próxima.

Petição assinada pela defesa dos Srs. David e Daniel Feffer, que requerem redesignação da data de suas oitivas, marcadas para o próximo dia 29 de setembro, pois tal data coincide com o feriado judaico de Sucot, invocando direitos previstos na Constituição e precedentes de adiamento de ato processual do TRF. Colocam-se à disposição para comparecimento em data futura.

Por determinação desta Presidência, a Secretaria da CPI tem encaminhado à Consultoria Legislativa designada para assessoramento da Comissão em suas respectivas áreas de atuação todas as decisões judiciais em *habeas corpus* e mandado de segurança que lhes chegam ao conhecimento. A medida visa à instrução das respostas requisitadas, obedecidos os prazos legais.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento, com a presença da Sra. Venina Velosa da Fonseca, ex-Gerente-Executiva da Diretoria de Refino e Abastecimento da PETROBRAS: Requerimento nº 75, dos Deputado Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; Requerimento nº 126, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues; Requerimento nº 216, do Deputado Júlio Delgado; e Requerimento nº 299, dos Deputados Lázaro Botelho, Cacá Leão e Sandes Júnior.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que a depoente Venina Velosa da Fonseca será ouvida na qualidade de testemunha e deve prestar o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Convido, pois, a Sra. Venina Velosa da Fonseca a tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha e que recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.



Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto ainda, por dever de ofício, que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido à depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo haver apartes.

Os Deputados interessados em interpelá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Portanto, com a palavra, por até 20 minutos, a Sra. Venina Velosa da Fonseca.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Boa tarde a todos. Eu espero aqui hoje poder contribuir para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. Primeiramente, eu vou fazer um breve resumo sobre o meu currículo. Eu entrei na PETROBRAS em 1990, como geóloga, na Amazônia, 25 anos atrás. Naquela época, eu era responsável pelo acompanhamento geológico dos poços de petróleo. Eu era geóloga na área de exploração e produção. Ainda na área de exploração e produção, eu me tornei assessora de meio ambiente. Nessa época, foi implantada a ISO 14000, o primeiro sistema de gestão de segurança, meio ambiente e saúde da PETROBRAS. Eu tive a oportunidade, a grande oportunidade de coordenar essa implantação, que depois serviu de modelo para toda a empresa. Depois de ser assessora de meio ambiente, eu ainda fui gerente de SMS, também na área de exploração e produção, e, a seguir, eu fui para o Rio, trabalhar na GASPETRO. Na GASPETRO eram coordenadas as atividades de gás natural na PETROBRAS. Eu fui, primeiramente, gerente do setor de contratos de gás natural. Esse setor era responsável por fazer o relacionamento com as distribuidoras de gás natural, era



responsável por verificar as demandas, as necessidades, e levá-las para a sede, para a gente ver realmente como é que poderia atender melhor esses clientes. Depois da gerência desse setor, eu fui para a área de gás natural — aí já na PETROBRAS. Eu fui gerente do setor de faturamento de gás natural. Nesse setor de faturamento, juntamente com a área tributária, nós fizemos a centralização desse faturamento, o que significa que, além de faturar o gás de forma mais sistemática, organizada, também melhoramos os sistemas de medição. Depois dessa área de faturamento, eu fui gerente da central de supervisão, ainda na área do gás natural, na logística, dentro da PETROBRAS, que era responsável pela distribuição do gás natural e também pela verificação da qualidade. Nesse período, nós tivemos a oportunidade de implantar a central de supervisão automatizada. Nós tínhamos as informações *on-line*, e com isso podíamos atender melhor os nossos clientes, tanto na quantidade quanto na qualidade, e com isso trabalhar de forma mais proativa. Após essa gerência, eu fui convidada a ser assessora do ex-Diretor Paulo Roberto Costa, na área de abastecimento. Eu fui assessora dele durante uns 4 ou 5 meses. Depois, eu fui promovida a gerente-geral, na área de planejamento. Nessa área de planejamento, eu era responsável pelo desempenho e, principalmente, também pelo orçamento e pelo portfólio dos projetos, pela gestão do portfólio de projetos da área de abastecimento. Nesse período, foi iniciada a reestruturação da área de abastecimento. A área de abastecimento é uma área bastante complexa. Tinha processos estanques, sistemas de informação duplicados, processos com interfaces e com lacunas. Todo esse projeto de reestruturação aconteceu. Nós recebemos o prêmio PQGF, que seria o prêmio de qualidade do Governo Federal. Recebemos nessa época o prêmio pelo PNQ, de qualidade. Em seguida, em 2005, eu fui promovida a gerente-executiva do abastecimento corporativo. Eu acho importante ressaltar que o abastecimento corporativo é responsável por estabelecer diretrizes e políticas e também gestão do portfólio, área de planejamento e uma área de gestão. Eu fiquei nessa área até 2009, outubro de 2009, e em outubro de 2009 eu fui mandada para Cingapura. Na verdade, eu fui para Cingapura em janeiro de 2010. Em outubro de 2009 eu me afastei das funções de gerente-executiva do abastecimento corporativo. Durante 2 anos e 4 meses, aproximadamente, eu fiz um curso lá em Cingapura. Eu fui com minhas duas filhas nesse período. Ao final do



curso, eu retornei ao Brasil. Fiquei 6 meses, aproximadamente, dentro de uma sala onde eu não tinha nenhuma função, nenhuma atribuição. E fiquei esperando alguma colocação. Durante esse período, eu não tinha nenhuma atividade. Em 2012, julho de 2012, eu retornei para Cingapura com minhas duas filhas. Aí eu fui gerenciar o escritório de *trading* da PETROBRAS em Cingapura. Foi um período onde o faturamento do escritório... Em 2011, era de 18 milhões. Ao final de 2013, mais ou menos, de 200 milhões. Ao final de 2013, nós tivemos a oportunidade de mandar para a PETROBRAS 200 milhões em dividendos. Foi a primeira vez que isso aconteceu. Eu gerenciei esse escritório até novembro de 2014, onde, através da mídia, eu fui comunicada de que eu não era mais gerente daquele escritório. Posteriormente, eu recebi um telefonema do meu gerente, onde ele falava que eu realmente me afastaria das funções, porém ele não tinha como esclarecer os motivos da minha saída. Aí eu esperei o período letivo das minhas filhas. Vim para o Brasil em dezembro. Quando cheguei ao Brasil, a primeira ação que eu tomei foi ir ao Ministério Público, voluntariamente. Prestei um longo depoimento. Entreguei o meu... o computador onde tinha informações desde 2002. Também entrei com uma ação contra a PETROBRAS, por danos morais. Eu fiquei afastada das minhas funções laborais nesse período, até ontem — então hoje eu estou de férias —, e agora eu estou aguardando uma colocação na PETROBRAS, uma recolocação na PETROBRAS. Atualmente eu estou lotada na gerência de *bunker*, uma gerência onde eu fiz várias denúncias, um ambiente considerado não adequado pelos médicos da PETROBRAS e pelo médico que me assessora para o meu retorno. Falando um pouco da minha qualificação, eu me formei pela Universidade Federal de Ouro Preto, em 1989, geóloga, engenheira geóloga. Eu fiz especialização em Geologia do Petróleo. Fiz dois cursos de especialização em Geologia do Petróleo. Fiz o MBA em Economia e Gestão de Gás Natural, pela UFRJ, e fiz um MBA executivo pela Chicago Booth. Era isso o que eu tinha para falar, e agora estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço à Sra. Venina Velosa da Fonseca e passo a palavra para o Relator, Deputado Luiz Sérgio, para que ele possa proceder às suas indagações.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. esteve subordinada a Paulo Roberto Costa, na área de abastecimento. Esteve subordinada a algum outro diretor na área de abastecimento?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Diretamente, ao Paulo Roberto Costa, quando eu era gerente-executiva, e depois, como gerente-geral, ao Diretor Cosenza. E agora tenho um novo diretor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ao Paulo Roberto e ao Cosenza, depois.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ao Cosenza por alguns meses.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ao Cosenza não mês; ano, porque ele, em 2012... até agora... Então foi por um período maior, uns 3 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia confirmar, quando exerceu o cargo de gerente-executivo na área de abastecimento, quem indicou V.Sa.? Foi uma indicação política... V.Sa. buscou apoio político para esse pleito que acabou... ou V.Sa. não almejou e acabou sendo convidada? Como que se deu essa sua ascensão ao cargo de gerente-executiva da área de abastecimento?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não procurei apoio político. Eu cheguei a gerente-executiva por mérito, foi pelo resultado dos trabalhos que eu fiz na empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o convite lhe foi feito pelo Paulo...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Pelo diretor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Paulo Rob...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ex-diretor Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual era o relacionamento de V.Sa. com o Sr. Pedro Barusco?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Quando eu era gerente-executiva do abastecimento corporativo, o Pedro Barusco era gerente-executivo na área de engenharia, então nós tivemos poucas reuniões, porque as reuniões se davam mais no nível técnico. Era profissional, estritamente profissional.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E que resultado teve a comissão interna em que V.Sa. foi uma das pessoas investigadas?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Essa comissão... Quando me foi feito o convite para participar dessa comissão, me foi solicitado o esclarecimento de algumas informações, para que eles pudessem compor o histórico da Refinaria do Nordeste. Então foi nesse contexto. Eu fui como uma pessoa convidada para prestar informações nessa comissão. Tem outra pergunta sobre a comissão?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, pode...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Essa comissão, ela aconteceu acho que em setembro, o meu depoimento. Ao final do mês de outubro... novembro, na verdade, quando foi comunicada a minha saída, foram apontadas algumas não conformidades. Antes de falar das não conformidades, eu acho que cabe fazer o esclarecimento das atribuições da minha área e da área da engenharia, do abastecimento e da engenharia, corporativa e da engenharia, para que a gente possa contextualizar melhor o que aconteceu. A área de abastecimento corporativo, ela é responsável pelo orçamento e pela gestão do portfólio de projetos, e a área de engenharia é responsável pelo relacionamento com os fornecedores, pelas licitações, pela condução dos projetos, aditivos... Enfim, tudo que se refere à construção dos projetos é de responsabilidade da engenharia. A responsabilidade do abastecimento é fazer o acompanhamento orçamentário. O que aconteceu nessa comissão? Foram apontadas aproximadamente três não conformidades, sendo que duas delas não eram relativas à minha área de atuação. Uma delas foi porque eu assinei alguns DIPs em conjunto com o Pedro Barusco, para licitações de alguns projetos. Esses DIPs... Na PETROBRAS, a governança estabelece que a área de negócios, que, no caso, é o abastecimento, ela envia, juntamente com a área de engenharia, que é da Diretoria de Serviços, os documentos para a Diretoria, para que eles sejam submetidos a aprovação, aqueles que estão no nível da Diretoria. Os que não estão, eles ficam dentro da área de engenharia. E o que que aconteceu? Qual era o meu papel nesse processo? O meu papel era falar do orçamento, se aquele orçamento estava previsto no plano de investimentos, e como é que estava a viabilidade econômica do projeto. Então, o que era feito nesse... o que foi feito foi que foram encaminhados alguns documentos. Fica claro nos documentos que cada signatário é responsável pela sua respectiva área de atuação — isso está escrito —, e também a minha área, ela leva a informação da viabilidade do projeto. O que que



é isso? Só para vocês terem uma noção de um documento que foi enviado em fevereiro de 2009, aqui está escrito o seguinte: o valor presente líquido esperado para o fluxo do projeto é de dois vírgula quatrocentos e (*ininteligível*) bilhões de dólares negativos. Então, a minha informação, a informação que eu tinha que passar era essa, e era por isso que eu era responsável. Então, a não conformidade referente à questão de assinar juntamente com o Sr. Pedro Barusco o DIP, ela não é pertinente, porque não é da minha área de atuação. Existe também uma outra não conformidade, que foi a não conformidade referente a apresentar um plano de estratégia para a aquisição de equipamentos e serviços. Da mesma forma, isso não estava dentro da minha área de atuação. E tem uma terceira não conformidade, que seria a apresentação do plano de antecipação da refinaria. Esse plano de antecipação da refinaria, ele me foi solicitado pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa. Eu era subordinada a ele. Ele mandou: "*Faça o plano*". Eu fiz o plano. Deixei claro no contexto, no DIP, que foi uma solicitação dele. Esses documentos, antes de chegar na diretoria, eles passam pelo crivo dos assistentes. Foi aprovado pelo colegiado, presidente e diretores, o plano de antecipação da refinaria, que posteriormente foi aprovado pelo Conselho de Administração. A minha reponsabilidade aí foi fazer o documento de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, só para eu entender, V.Sa. disse que não estava na sua área de atuação a elaboração de todo esse material, no entanto V.Sa., mesmo não estando na área, assinou. Por que V.Sa. não resistiu a assinar? Por que aceitou assinar algo que não era uma prerrogativa de V.Sa.?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Deputado, agradeço muito a oportunidade de responder essa pergunta, porque ela me é feita várias vezes e eu acho que nunca é demais a gente fazer esse esclarecimento. Esse documento continha uma obrigação, uma prerrogativa de se montar a empresa, que seria a Abreu e Lima, para que a gente pudesse conduzir o projeto, caso viesse o parceiro, se se concretizasse a parceria. Nós tínhamos que segregar os custos, porque estavam sendo gastos, e, para que ele não se perdesse dentro da empresa, a gente criou uma PEP — a gente chama de PEP —, e depois, com a empresa, esse custo migrou para a empresa. No caso da entrada de um parceiro, iria ficar mais fácil a negociação do valor que ele ia realmente desembolsar. Então, eu também assinei



esse documento porque tinha essa obrigação da apresentação dessa formatação da empresa, que foi feita no prazo determinado. Foi apresentado para a Diretoria — o colegiado aprovou — e também foi apresentado para a CIA, que também aprovou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas em razão de V.Sa. ter assinado junto esse documento, a comissão interna de apuração coloca V.Sa. como uma das corresponsáveis pelos problemas de sobrepreço que ocorreram na RNEST. Tanto é que, em relação a V.Sa., encaminhou para aprovação o plano de antecipação da refinaria... Coloca V.Sa. como uma das pessoas que encaminhou para aprovação o plano de antecipação da refinaria. Depois, a comissão interna de apuração deixou de encaminhar ao diretor de abastecimento, após aprovação do PAR, a proposta definitiva para a estratégia de contratação de equipamentos e serviços do projeto, e, mais embaixo, coloca responsável, em conjunto com o Sr. Pedro Barusco, então gerente, pelo encaminhamento do DIP de instalação de processos licitatórios. Quer dizer, isso lhe custou uma consideração final de uma comissão interna de apuração como corresponsável por esses atos.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É correto. É esse o texto do relatório. Mas a governança da PETROBRAS, ela estabelece que, após uma comissão de apuração, que é uma comissão de levantamento de dados que chega a algumas conclusões, seja feita uma comissão de sindicância, onde as pessoas que tiveram apontadas algumas irregularidades vão para poder fazer o contraponto, para poder apresentar as provas. Eu não... eu não fui convidada para nenhuma comi... Não houve comissão de sindicância. Houve uma comissão de apuração, que rapidamente determinou as não conformidades. Não me deram oportunidade nem para conhecer esses problemas que foram apontados. Eu só fui saber dos problemas apontados quando eu entrei com uma ação trabalhista, e aí foi requisitado o relatório. Mesmo requisitando o relatório, eu não recebi o relatório completo, eu recebi um relatório parcial. Eu fui ver o relatório completo através da mídia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse que a prática da PETROBRAS é que depois da comissão interna de apuração se abra uma comissão de sindicância. Não foi aberta nem para V.Sa. nem para outras pessoas citadas?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não foi.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está certo.

Vamos dar continuidade aqui. O jornal *O Globo* publicou, no dia 20 de dezembro de 2014, uma reportagem com o título *Documentos mostram que Venina assinou pedido para antecipar Abreu e Lima*. E aí tem toda a descrição.

Em relação a esse artigo, V.Sa. emitiu alguma nota, contestou esses dados, publicou em rede social alguma explicação? Porque esse foi um artigo que circulou num veículo nacional. Como enfrentou esse debate, que se baseia na comissão de sindicância?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foram elaboradas algumas cartas de resposta... em algumas matérias. Eu não saberia precisar... Eu teria que verificar se foi em cima dessa matéria. Mas foram feitas algumas cartas, onde o posicionamento nosso foi colocado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, ainda no plano de antecipação do projeto da RNEST, V.Sa. diz que tinha um papel secundário, mas assinou tudo. V.Sa. não chegou a olhar, não viu, não desconfiou? Ou simplesmente assinou na confiança?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Assinei tudo não, eu assinei alguns documentos, onde o orçamento estava ali previsto, e eu tinha realmente de estar tratando desse tema. Não foram todos os documentos que eu assinei. A gente assina o documento, e tem esse texto, que eu já li para os senhores. Eu respondo pelos documentos, mas sobre o que está dentro da minha área de atuação. Os processos são muito complexos. Existe uma diretoria de serviços para tratar da implantação de empreendimentos. Você tem um gerente-executivo de materiais, você tem um gerente-executivo de engenharia, você tem um centro de pesquisa, que é responsável pelos projetos básicos. Então, são processos complexos. Existe uma diretoria inteira. Milhares de empregados estão dedicados a atuar dentro dessa área. Na minha área, eu também tinha lá as pessoas destinadas a trabalhar no orçamento e na viabilidade do projeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mudando um pouco, V.Sa. trabalhou durante 25 anos na PETROBRAS. V.Sa. poderia dizer se é possível comprovar a versão, a história que se investiga? Se for comprovada, V.Sa. teria alguns dados da formação do cartel na PETROBRAS?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Como eu já disse anteriormente, a minha responsabilidade se restringia ao orçamento, à questão da gestão dos projetos, do portfólio de projetos. O meu relacionamento era interno. Eu não me relacionava com as empreiteiras e não tinha contato com essas entidades. Então, eu não posso, realmente... Eu não tenho elementos para provar isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, na empresa, ouvia-se esse discurso, comentava-se, desconfiava-se? O que se falava a respeito desse tema formação de cartel na PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu tomei conhecimento desse tema através do ex-Gerente Jurídico de Abastecimento, Dr. Fernando de Castro Sá. Ele levantou alguns problemas, foi convidado a fazer um dossiê e, ao final do processo, ele foi afastado da função de Gerente do Jurídico.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele denuncia cartel ou ele denuncia aquela história de que a ABEMI estaria fazendo propostas em conjunto com a PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu acho que ele é a pessoa melhor para realmente responder.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A única vez que V.Sa. ouviu essa história dentro da PETROBRAS foi via esse gerente?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a relação com o Sr. Pedro Barusco era uma relação restrita ou V.Sa. já o conhecia de longos anos, ou trabalhou muitos anos em conjunto com ele? Como foi a sua relação com o Sr. Pedro Barusco?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu encontrei, eu tive muito poucas reuniões com o Sr. Pedro Barusco. Foram raras as reuniões. Seu eu falar que foram cinco, foram muitas, dentro desse período todo que eu estava à frente da Gerência-Executiva. Fora da PETROBRAS, eu não tinha nenhum relacionamento com ele e também não o conhecia nem tive contato com ele antes de eu trabalhar nesse projeto da Refinaria do Nordeste.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando tomou conhecimento, via imprensa, que ele estaria devolvendo 90 milhões de reais, que cobrava recursos e propinas, como a senhora avaliou e qual o impacto que isso lhe causou quando o



Barusco narrou toda aquela história e depois comprovou parte dela, inclusive com a devolução de recursos?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu acho que foi o mesmo impacto que qualquer brasileiro teve ao ouvir essa história. Ainda sendo empregada da PETROBRAS, foi uma mistura de decepção com espanto. Realmente, foi um absurdo isso. Eu acho que é uma frustração muito grande. A gente trabalha para zelar dos processos, para implementar as melhores práticas, e ele ou os gerentes dele viam que isso estava acontecendo, porque nós tivemos uma discussão muito grande em cima de um novo modelo de contrato que poderia coibir ou pelo menos reduzir esse problema. Quando você vê que ele via que existiam grupos de pessoas que trabalhavam com afinco tecnicamente e realmente isso não foi importante naquele momento, que era no momento em que ele estava realmente... Foi com muita surpresa e muita decepção.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele faz uma acusação contra o corpo de técnicos e funcionários da PETROBRAS, ao afirmar aqui nesta CPI que havia uma corrupção institucionalizada na PETROBRAS. Então, é um ataque ainda mais duro. V.Sa. foi gerente executiva de um diretor que acabou preso.

Como isso impactou?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Esse diretor não fazia parte do grupo técnico da empresa. Essa empresa chegou aonde chegou graças à competência, à criatividade e à motivação desse grupo técnico. Esse grupo técnico merece respeito. Se algumas pessoas agiram de forma errada, elas têm que pagar pelo que fizeram, elas têm que ser afastadas. E esse grupo técnico... Eu acredito que a única forma realmente de reerguer essa empresa é através da motivação dos empregados, fazer mais com menos é preciso criatividade. E através desse grupo técnico que criou essa empresa, esse grupo técnico vai recriar a empresa. Então, a gente não pode generalizar algumas colocações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o Sr. Paulo Roberto Costa era um quadro técnico respeitado na empresa; o Sr. Pedro Barusco era um quadro técnico respeitado na empresa.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O Sr. Paulo Roberto era um diretor da empresa, ele fazia... ele tinha uma função de gestão. É diferente.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele estava exercendo, mas ele tem toda uma história construída na PETROBRAS. O fato de alguém estar exercendo o cargo de diretor não deixa de ser um técnico com projeção na própria empresa.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O fato de um técnico ter se transformado num diretor corrupto não quer dizer que os 60 mil técnicos que estão trabalhando lá dentro vão ser corruptos. Eu acho que essa alegação não pode ser feita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, nesse aspecto há concordância minha com V.Sa. O que eu estou dizendo é que o Sr. Pedro Barusco aqui fez uma acusação contra os funcionários da PETROBRAS, ao afirmar que havia uma corrupção institucionalizada. Então, eu estou dizendo como que isso impactou. E V.Sa., já que é uma técnica, exercia o cargo de gerente executiva em uma diretora que estava no foco de toda essa operação.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que eu posso falar é que durante todo o período em que eu estive à frente desses processos da Refinaria do Nordeste e de outros processos, os pontos que eu achei importantes, que apontavam para algumas divergências ou desvios ou valores de EVTE negativos foram levantados a tempo e a hora. Foram feitos *e-mails*, foram feitas notas, foram feitos documentos para a diretoria, conforme os senhores viram. E a minha reação, a minha ação sempre foi no sentido de coibir, nunca de compactuar. Eu tenho certeza de que essa foi também a ação da maioria dos empregados que estão lá dentro. Mais uma vez eu peço que a gente não generalize. O fato de ter três, quatro, cinco diretores que participaram sistematicamente desse sistema, isso não pode ser extrapolado para a cadeia de empregados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando, pela própria fala do Pedro Barusco, ele começa a roubar a PETROBRAS, ele não era nem diretor nem gerente executivo. Ele afirmou aqui que roubava sozinho. Ele era apenas um gerente lá do terceiro, quarto escalão.

V.Sa., que conhece bem a empresa, poderia nos dizer se dá para acreditar nessa história de que ele como um gerente lá intermediário roubava sozinho? Que roubava, roubava, porque ele devolveu 90 milhões de reais, mas há aí um período dessa sua história criminoso que a meu ver ainda não está muito clara.



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olha, eu não conhecia o Sr. Pedro Barusco, eu não trabalhei com ele nessa época, eu não participava desses processos nem de forma indireta. Então, eu não tenho como responder isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos dar prosseguimento. Se houver necessidade, eu retornarei às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço, Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra para o Sub-Relator, o Deputado Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sra. Venina, quem entrou no lugar da senhora, quando a senhora foi para Cingapura?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O assistente...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Pereira?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, quando eu fui para Cingapura, foi o Francisco Paes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E o Pereira?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O Pereira, primeiro, era Gerente-Geral de Afretamento e depois ele foi Gerente Executivo de Abastecimento, de Marketing e Comercialização.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a ligação do Pereira com Paulo Roberto Costa?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Que eu saiba, profissional. Eu não sei se eram amigos, eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Na semana passada, eu recebi uma informação aqui, e se não dei entrada num requerimento aqui solicitando à CPI que convocasse o Pereira, porque o Pereira seria uma pessoa que operava em nome do Paulo Roberto Costa. Pelo grau de importância do cargo dele, tudo passava por ele também? Porque ele até agora não foi citado na delação do Paulo Roberto Costa, ele está meio protegido.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É, na verdade...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A senhora, que participou disso tudo — desculpe-me —, sabe que ali houve esse esquema fraudulento. Nas posições



que o Pereira ocupava em relação ao Paulo Roberto Costa, muito possivelmente isso passou por ele também.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ele era Gerente Executivo de Abastecimento, de Marketing e Comercialização. Ele tinha ali sob a responsabilidade dele toda a comercialização interna e externa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Por exemplo, o esquema da nafta. O Paulo Roberto Costa disse que ele levava uma caixinha. Até, Sr. Presidente, é uma coisa desrespeitosa; aliás, tudo é um desrespeito ao povo brasileiro. Agora vem o natal, há aquelas pessoas trabalhando nas lanchonetes, e eles têm aquela caixinha, que a pessoa deposita lá R\$1,50. O Paulo Roberto Costa levava uma caixinha de final do ano da nafta, que era de 5 milhões de dólares, era a caixinha dele, a caixinha, um negocinho.

Esse assunto, eu agora vi a senhora... Às vezes, a gente não fala só com a boca, a gente fala com o olhar, e agora eu vi a senhora me respondendo com o olhar. Fala aí: passava pelo Pereira também?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O Pereira era Gerente Executivo da área responsável pela negociação do contrato de nafta com a Braskem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele era o executivo... A senhora pode repetir.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ele era Gerente Executivo da área responsável pela negociação do contrato com a Braskem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso é uma coisa gravíssima. O senhor vê como é que...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que cargo ele exerce?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Hoje ele não exerce nenhum cargo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, uma coisa muito importante é que, aqui na CPI, eu recebi a informação de uma pessoa sobre o Pereira na semana passada. Falou: *"Investiga esse cara aqui"*. Aí me deu o nome do Pereira. E agora a senhora faz uma revelação dessas. Quer dizer, todo o esquema da nafta de todos esses anos passou por esse sujeito, e foi denunciado o nome dele



na semana passada como um nome qualquer. E para a gente que não tem o esquema da PETROBRAS na mão, de funcionamento, é difícil alcançar.

Por exemplo, a Operação Lava-Jato ainda não alcançou o Pereira. A Operação Lava-Jato não alcançou o Pereira, um exemplo é esse.

Agora, queria que a senhora me respondesse. A senhora me respondeu com o olhar, né? A gente não responde só com a boca, a gente responde com o olhar.

Agora vou fazer outra pergunta para a senhora. Na realidade, antes de a senhora responder, na minha pergunta, eu já consegui observar a resposta. Então, fala a senhora para o Brasil aqui, isso já foi falado cifradamente, até o Paulo Roberto falou diretamente. O Presidente Gabrielli, como ele era em relação a essas situações?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O Presidente Gabrielli fazia parte do colegiado que aprovava todos, pelo menos assim, os maiores contratos, as maiores contratações — compra, venda — da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora participou de reuniões onde ele participava desses contratos?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, eu participei... As reuniões de contrato normalmente quem ia, se tinha que prestar algum esclarecimento, era a área de engenharia. Eu já fui a reuniões onde eu, onde foram feitas apresentações a respeito da viabilidade econômica do projeto. As mesmas informações que os diretores recebiam, como essa que eu falei, ele também recebia. E os contratos foram aprovados pelo colegiado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quer dizer, então, ele sabia de tudo que acontecia ali, né?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu posso falar que ele sabia da inviabilidade ou da pouca viabilidade dos projetos. Um projeto chegava ali, apresentava, por exemplo, um VPL negativo de menos 2 bilhões, disso eu sabia, ele tinha a informação, e o colegiado aprovava.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Presidente Gabrielli, quando esteve aqui na CPI, deu uma aula de PETROBRAS e disse que eram tantos contratos, milhares de contratos e que ele não sabia de nada. Licitações de 1 bilhão, mas foram tantas licitações de 1 bilhão. Enfim, uma tremenda cara de pau que ele



teve naquele dia em que esteve aqui. Na nossa avaliação, ele está por dentro, ele está por trás desse esquema todo, como foi dito aqui pelo Paulo Roberto Costa. A senhora, com o seu olhar, responde de novo. A senhora precisa responder, mas só com o olhar. Quem está aqui nesta sala não sou só eu.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu acho que eu vou colocar os meus óculos escuros. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu acho melhor, eu acho melhor. Se a senhora não quiser responder com o olhar, coloque os óculos escuros, porque a senhora está sendo sincera, a senhora está sendo sincera.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Dizendo a verdade, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, a senhora está falando a verdade. Então, a senhora confirmou novamente.

Agora, a senhora afirmou que a Presidente Graça Foster... Outra coisa me deixou muito chateado no dia em que a Presidente Graça Foster veio aqui. Ela estava meio adoentada, e eu deixei de fazer os questionamentos, para ela me responder depois, questões técnicas, sobre o organograma da PETROBRAS. Por exemplo, se ela tivesse me respondido nós já teríamos chegado ao Pereira naquele momento, porque eram questões só do organograma da PETROBRAS e questões técnicas. E ela assumiu o compromisso aqui e depois, quando chegou a casa, deve ter recebido uma orientação e passou um *e-mail* para a Secretaria da Comissão dizendo que não iria responder mais nada. E ali eu tive a absoluta certeza de que ela está também conivente, de certa forma, com as coisas que aconteceram, porque senão ela me responderia. Quem tem medo da verdade de não apresentar um organograma para podermos investigar... E ela não quis fazer isso. E a senhora afirmou que a ex-Presidente Graça Foster sabia das irregularidades, a senhora disse que a informou por *e-mail* e pessoalmente. A senhora confirma isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu confirmo em relação à área de comunicação e depois em relação aos projetos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Um trecho do *e-mail* que a senhora passou para a Sra. Graça Foster diz: *“Gostaria de te apresentar parte da documentação que tenho, parte dela eu sei que você já conhece”*.



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Esse *e-mail* eu agora não sei se ele está falando sobre a área de comunicação ou se é sobre a refinaria, muito provavelmente é sobre a área de comunicação. Eu já tinha... Eu conversei com ela três vezes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Como sobre a área de comunicação?.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É porque teve algumas irregularidades que aconteceram na área de comunicação, e eu conversei com ela sobre isso na época. E depois mostrei um material que eu tinha, que seria um resumo de tudo que havia acontecido.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sobre a área de comunicação da PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Do abastecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Propaganda?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Do abastecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Do abastecimento.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Diretor José Carlos Cosenza deu continuidade ao esquema do Paulo Roberto Costa?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não posso falar. Eu tive contato poucas vezes com o diretor, porque o período em que ele era diretor eu estava em Cingapura e realmente eu não tenho condições de responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem colocou a senhora na sala? Porque quem esteve aqui e chamou muita atenção, uma das pessoas, foi o Fernando de Castro Sá, ex-Gerente Jurídico da PETROBRAS. Ele também tomou um afastamento pelo Sr. Nilton Maia, que continua na PETROBRAS hoje. Qual é a função que o Sr. Nilton Maia exerce na PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ele é gerente dentro da área do jurídico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, essa é uma situação que eu acredito que o nosso relatório final da CPI, Deputado Luiz Sérgio, deve se



preocupar. Tenho certeza de que o Presidente Bendine, até por não ser do corpo técnico da PETROBRAS, não é mágico, com a capacidade de sair trocando tudo. Mas eu considero um verdadeiro absurdo um senhor, que é o Sr. Nilton Maia, que era gerente do jurídico, na época de todo esse escândalo, foi ele que deu parecer jurídico, vir aqui na maior cara de pau dizer que os pareceres jurídicos dele eram técnicos. Parecer jurídico não é técnico, parecer é o cara dando o.k. no processo. Quando o cara dá um o.k. no processo, ele assinou o processo. Então, eu acho um absurdo continuar no corpo técnico da PETROBRAS uma pessoa que assinou processos de bilhões de reais que foram descobertos agora.

Uma última pergunta, por curiosidade, um paralelo entre o Fernando de Castro Sá, que trabalhou no jurídico, denunciava tudo e foi colocado de lado. Foi isso que aconteceu com a senhora também?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi. O Fernando de Castro foi colocado numa sala alguns meses antes de eu sair, justamente quando ele fez aquele dossiê. E o resultado todo, apesar de eles não terem entregado o relatório para ele, ele mesmo falou isso aqui, ele foi retirado. Comigo aconteceu a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Era a mesma sala?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, porque...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Era a sala da...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eram salas em andar diferente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas tinha a mesma característica, então, era a sala da maldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Bota lá para pagar... Era a sala do castigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E quem colocou a senhora na sala do castigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É a última pergunta, Sr. Presidente.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi o ex-Diretor Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está bom, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra para o Deputado Bruno Covas, Sub-Relator também, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Antonio Imbassahy.

Boa tarde, Sra. Venina Velosa da Fonseca. Eu queria começar aqui tratando exatamente da escalada de preço em relação à obra da RNEST, inclusive em depoimento de V.Sa. ao Ministério Público. O número aqui é o seguinte, diz a senhora: *“Já na Fase 3, que é uma fase de básico, ele tinha investimento em torno de 13,4 bilhões, mas ele não tinha a rentabilidade, era menos 1,9 bilhões, alguma coisa assim. E na Fase 4, 17 bilhões de dólares, com menos 3 bilhões de rentabilidade negativa”*. Eram esses números?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quando V.Sa. constatou essa inconsistência em torno da RNEST, V.Sa. não desconfiava, na época, de todo esse esquema de corrupção montado na PETROBRAS.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato. O que aconteceu? Ao longo do ano, no final de 2008 e durante o ano de 2009, as contratações foram ocorrendo. E o que nós fazíamos era verificar a viabilidade e tentar entender a diferença entre aquilo que os parâmetros conhecidos como o preço do aço, aquecimento do mercado mundial, mão de obra local. A gente colocava os parâmetros que a gente conhecia para entender a escalada, e ficava sempre uma fração onde não se conseguia explicar tecnicamente. O que eu fiz diante disso? Durante todo o ano de 2009 e durante todo o período que eu recebia informação de alguma contratação: nós informávamos sistematicamente para o diretor, através de notas e *e-mails*, e para a diretoria chegamos a fazer uma apresentação em julho de



2009, onde estava próximo da aprovação da Fase 3. Então, isso foi informado para a diretoria. E mais ou menos no período de setembro, outubro de 2009, foi um período que nós conseguimos entender um pouco melhor essa escalada. Havia um sistema que... porque quem determinava o custo de tudo que iria ser feito, qualquer aquisição, qualquer projeto era a engenharia, para isso ele usava um sistema que chama Ícaros. E esse sistema, depois de muita discussão entre a área de negócio do abastecimento, a área de negócio de serviços, chegou-se à conclusão de que o sistema tinha alguns parâmetros que estavam defasados. E quando foi feito o ajuste, aí houve uma parcela que realmente foi atribuída a esse problema no sistema. Então, em resumo, a escalada de preço, foi informada a todas as pessoas que tinham que ser informadas a tempo e hora, não foi só no momento posterior, foi sistematicamente durante o tempo que estava ocorrendo. E realmente, assim, para nós, naquele momento, não tínhamos claro esse esquema todo, porque existia o aquecimento, existia a questão da mão de obra, existiam os equipamentos, a indústria estava saturada com a quantidade de pedidos e tudo. Então, realmente, a gente não tinha essa visão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A partir de constatada essa inconsistência, V.Sa., então, levou essa preocupação ao Diretor Paulo Roberto Costa.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ao Diretor e à Diretoria. Foi feita uma apresentação para a Diretoria, Diretores e Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E nos consta que o Diretor Paulo Roberto Costa, específico, teria dito se V.Sa. queria derrubar todo mundo. É verdade isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não nesse processo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quando ele disse isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi quando ocorreu o problema... Nós tivemos dois problemas meio que em paralelo nessa época. Teve esse projeto da Refinaria do Nordeste e teve também problemas de desvios na área de comunicação. Foram faturados vários serviços não prestados. Quando eu descobri que isso ocorreu, eu fui até a sala do Diretor Paulo Roberto Costa, quando ele apontou para o retrato do Lula e para a direção da sala do ex-Presidente Sérgio



Gabrielli e perguntou se eu queria derrubar todo mundo. Então, essa frase está conectada com um problema que ocorreu na área de comunicação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso, para a senhora, portanto, é o indício de que Sérgio Gabrielli tinha conhecimento desse problema?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É o indício também de que o ex-Presidente Lula também tinha conhecimento desse problema?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olha, o Sérgio Gabrielli estava dentro da estrutura do PETROBRAS. Então, é mais fácil você ter esse alcance, esse *link*. O Lula, eu não posso afirmar isso, porque seria uma... eu não teria... é muito indireto. Poderia ser até...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas o Paulo Roberto Costa apontou...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Apontou.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Voltando para a questão da RNEST, V.Sa. entende que a decisão de levar adiante esse empreendimento estava contaminada politicamente?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu entendo que havia... Vou responder falando uma informação que talvez vocês já tenham. O projeto da Refinaria do Nordeste estava dentro do PAC. Ele era acompanhado de perto. Existia uma pessoa dedicada a fazer esse acompanhamento e a interlocução com o Planalto. Então, ele era muito demandado, a sua realização era cobrada e era muito...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Era cobrado para que ele ficasse pronto quando?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Primeiro, 2010, 2012. Existiram vários períodos, porque, na medida...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas primeiro 2010?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora entende que a estratégia adotada facilitou a atuação do cartel na PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A qual estratégia o senhor se refere?



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - De antecipar o cronograma, de querer executar com velocidade esse cronograma.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sinto muito, eu vou discordar um pouco. O que eu acho é que, quando foi colocada essa estratégia de antecipação, em paralelo, foi colocada a negociação, a mudança do modelo contratual que vinha sendo adotado pela PETROBRAS. Então, existia um grupo grande que, durante meses, tentou mudar... Por que isso eu acho que dificultaria essa operação? Porque nesse novo contrato, o cerne dele, o coração era amarrar os marcos que deveriam ser executados, as datas que deveriam ser executadas pelas empreiteiras. Você tinha vários projetos acontecendo, e um projeto interfere no outro. Então, qual era a proposta, uma das mudanças que nós gostaríamos? É o que a gente chama de marcos improrrogáveis. Era você fixar no contrato o tempo dos marcos. Por quê? Porque depois, quando houvesse algum pedido de aditivo, por algum motivo, ele não poderia acontecer, porque a empresa já teria se comprometido a entregar naquela data. Você conseguiria fazer um planejamento mais adequado, porque você teria uma visão do projeto como um todo. Sem amarrar os marcos, uma refinaria do porte dessa refinaria, com centenas de contratos, fica muito difícil a gestão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora entende, portanto, que uma das causas...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi a não aceitação do modelo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...que facilitou a atuação do cartel foi a ausência desses marcos improrrogáveis.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A não alteração do modelo contratual vigente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E a questão da qualidade dos projetos básicos?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Os projetos básicos... É uma área em que eu não atuo diretamente. Foi uma premissa da empresa conduzir os projetos da forma como ela vem conduzindo. A área responsável pela condução dos projetos básicos é o CENPES. O CENPES está ligado à Diretoria de Serviços, que também



faz as licitações, que também faz o cálculo das quantidades para poder calcular os preços.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Queria também levantar uma possível outra causa: superestimar o orçamento do projeto. É também uma causa possível para a atuação do cartel?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em tese, sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Queria, antes de terminar, tratar da questão do DIP, o Documento Interno PETROBRAS, que circulava para a decisão da Diretoria. É isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O DIP tinha as empresas selecionadas para participar da obra.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E isso facilitava a atuação de alguém, inclusive, para poder vaziar esse documento para fora?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Poderia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora entende, portanto, que a partir do momento em que esse documento é de acesso de toda a Diretoria, havia a participação de toda a Diretoria nessa organização toda?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que eu entendo é que todo o DIP — Documento Interno PETROBRAS que vai à diretoria a aprovação é do colegiado, nenhum diretor...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, havia uma responsabilidade compartilhada.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Nenhum diretor aprova um documento separadamente. O projeto não continuaria. A decisão é do colegiado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quer dizer que o fato de participar o diretor A, o diretor B ou o Diretor C, nesse caso, por exemplo, quer dizer, nesse caso, não... A existência do DIP e da decisão colegiada demonstram que havia, pelo menos, uma leniência em relação a essa questão.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu vou falar rapidamente. É importante entender a governança. Quando essas pautas, que são esses DIPs, são



encaminhados à Diretoria da PETROBRAS, antes de chegar às mãos do diretor, passam pelo crivo dos assistentes. Se os assistentes têm alguma dúvida, se têm alguma questão, eles chamam os técnicos responsáveis pela elaboração, eles pedem eventualmente apresentações, e o assunto se esgota. O DIP, quando vai para as mãos do Diretor, passou pelo crivo dos assistentes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quem são esses assistentes?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Cada diretor tem um grupo de assistentes.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quer dizer, não é fácil roubar sozinho lá.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu diria o seguinte: têm muitas pessoas para poderem checar os processos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

E, agora, passo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, autor do requerimento.

V.Exa. tem o tempo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, usar a o tempo da Liderança do Democratas por 5 minutos. Eu não vou fazer perguntas à Sra. Venina nessa parte dos 5 minutos. Então, meu tempo passa para 10 minutos e, nos 5 minutos finais, eu questiono a Sra. Venina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem, então, 5 minutos do tempo de Liderança e mais 5 minutos para as perguntas que V.Exa. houver por bem indagar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Bom, primeiro, Presidente, eu queria relembrar aqui o depoimento do Sr. Renato Duque. O Sr. Renato Duque veio aqui, com a cobertura de um advogado famoso e, dentre vários Parlamentares, eu disse que todas as vezes que uma pessoa vinha aqui, naquela condição, e usava do artifício de se calar diante de uma CPI, ele renunciava que estava envolvido profundamente no processo de roubalheira na PETROBRAS.



E, ontem, o Dr. Sérgio Moro, num dos processos apenas, Sra. Venina, o Sr. Renato Duque recebeu 20 anos de condenação em regime fechado. Ou seja, o que nós dissemos aqui se comprovou já no primeiro processo. Se não me falha a memória, há mais quatro ainda. Talvez, ele consiga fazer o feito de chegar a mais de 60 ou 80 anos de condenação, aí, vai haver a dosimetria — o doutor sabe do que estou dizendo —, vai haver a adequação.

Da mesma maneira, veio aqui um tesoureiro, o segundo do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente. O primeiro, eu conheci lá na CPI do Mensalão, o Sr. Delúbio Soares, que tinha um sorrisinho sarcástico. Quando ele foi para a Papuda, acabou o sorriso.

E eu disse a mesma coisa aqui ao Sr. João Vaccari, que veio aqui, com *data show*, ensinar como é que se fazia a coleta de doações para os partidos no Brasil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - “Pixuleco”.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, na época não era “pixuleco”, não. Na época, ele falava em arrecadações oficiais. Foi desmascarado aqui, Deputado Waldir, ainda antes de conhecermos o “pixuleco”, quando o Sr. Augusto Mendonça Neto disse que, desde 2008, ele funcionava não como tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, não, mas como coletor de propina do PT dentro da PETROBRAS. É muito mais grave! O ex-Deputado Paulo Ferreira, do Rio Grande do Sul, tem um depoimento prestado à Justiça Federal do Paraná dizendo que, antes de 2010, ele não exercia cargo nenhum no PT. Exercia, sim, o papel de coletor de propina. Aliás, agora, sim, Deputado Waldir, coletor de “pixulecos”.

Foram 15 anos de cadeia no primeiro processo. Aliás, exercer a tesouraria do PT parece uma maldição. Delúbio amargou a Papuda. Agora, Vaccari também caminha nessa direção, já condenado. E, seguramente, parece que já apareceram os indícios de que o Sr. Paulo Ferreira tem envolvimento também. Vamos aguardar o desdobramento da Justiça, mas parece que ele não era muito para o partido, não. Parece que era Presidente para os interesses pessoais dele, vantagens pessoais que tinham origem indevida.

Só queria lembrar isso pela importância pedagógica que tem para a sociedade brasileira de que não há ninguém além da lei. E, talvez, a operação feita ontem pela Polícia Federal, na Lava-Jato, que é a *Nessun Dorma*, que quer dizer,



que ninguém durma, seja para que os poderosos que estão hoje no Governo possam perder o seu sono, porque o sono deles não é o sono dos justos.

Agora, quero voltar à minha análise e, em 1 minuto e 20 segundos, às minhas perguntas à Sra. Venina. É muito importante, Sra. Venina, nós podermos estabelecer, de maneira bastante pedagógica e bastante sistemática, a diferença entre o episódio em que a senhora identifica lá as questões que envolvem o setor de comunicação — são 139 milhões de superfaturamento, quando na verdade havia 39 milhões orçados — e a operação do tal de Sr. Geovane, que era muito ligado ao ex-Governador Jaques Wagner, hoje Ministro da Defesa do Brasil. Gostaria de saber qual foi o destino que esse cidadão teve. Logo em seguida, a senhora vai poder nos revelar. E aquilo que a senhora traz aqui, que eu considero tão ou mais valioso, que é o fato de que houve, por parte do corpo técnico... E aqui eu quero defender o corpo técnico da PETROBRAS, os honestos; os desonestos, já sabemos quem são. A maioria dos brasileiros acredita piamente que a maioria absoluta dos técnicos da PETROBRAS é absolutamente honesta, idônea e apaixonada pela empresa e que sempre teve a honra de exercitar seus labores. Ela teve, neste momento triste do Governo Lula e Dilma, destruída a sua imagem e a sua honra. A senhora pode nos ajudar a recompô-la.

Foi feito um projeto, que estava alicerçado nos processos ou nas datas improrrogáveis, e outro de acompanhamento da gestão para mudar. E esse processo que foi preparado pelo corpo técnico foi refutado pela Diretoria. Assim como se disse ao Renato Duque — agora, eu já começo a perguntar, Sr. Presidente —, que foi condenado a 20 anos de cadeia, eu tenho expectativa de que o Sr. Sérgio Gabrielli também seja — a minha dúvida pessoal é zero de que ele não sabia de nada, de que ele não tinha participação alguma —, no mínimo, por omissão.

E quando, Sra. Venina, o Paulo Roberto Costa — a discussão era na área da comunicação — aponta o dedo ao Presidente Lula, e à sala de Sérgio Gabrielli e pergunta se a senhora quer derrubar todo mundo, daí para frente, a senhora passa a ser uma perseguida, até ser uma exilada em Cingapura, da PETROBRAS. A pergunta que eu quero encaminhar à senhora é a seguinte: quando é feito o trabalho de apresentação do novo ou de uma proposta de mudança da forma de gestão, e queria confrontá-la diretamente com o esquema que estava rodando na



PETROBRAS, um tal Francisco Paes, através de um documento, pediu para mudar os seus relatórios, pois não se dava conforto à Diretoria-Executiva da PETROBRAS, e, na palavra do hoje condenado, Renato Duque... A frase que eu coletei de um depoimento seu é de Renato Duque: *“O drive é o prazo. Vocês vão tocando, e, se houver alguma modificação, nós vamos ver mais adiante”*. Em termos gerais, foi isso que foi dito.

É muito importante, porque a senhora também disse aqui e nos seus depoimentos que periodicamente... E não é de graça que eu estou aqui com a fotografia do Lula e com a fotografia da Dilma. Há um Procurador da República que diz que não se pode investigar Presidente. Ele não leu a Constituição: não se pode processar Presidente, agora se deve investigar Presidente. Eu não tenho também nenhuma dúvida, por tudo o que li e por tudo o que estudei, de que no episódio PETROBRAS as impressões digitais da Presidente são bastante graves — da hoje Presidente Dilma —, por uma razão objetiva: ela presidiu o Conselho de Administração da PETROBRAS, desde 2005 até 2010. Quer dizer, é um longo período em que ela exerce... Perdão, de 2003. Vamos ser precisos: de 2003 até março de 2010. E, nesse período, em que essa senhora aqui era tida como gerente, como muito competente, tocava a Casa Civil, era ela a mãe do PAC, era para lá que iam os relatórios da RNEST, era para lá que mensalmente se faziam reportes, era para a Diretoria-Executiva e era para o Conselho de Administração que a prestação de contas do maior projeto, um projeto que foi tocado por Lula, a ferro e fogo, porque havia uma dúvida se era oportuno tocar a RNEST.

Então, eu quero concluir perguntando à senhora o seguinte: qual é o período temporal em que a senhora começou, junto com os demais técnicos da Diretoria de Abastecimento, a encontrar — vamos usar as palavras de que a PETROBRAS gosta muito, inconsistências, inconformidades, que é um eufemismo com que tentaram lhe atacar, mas vamos lá — inconformidades nos contratos, o picotamento dos contratos, as influências da ABEMI que se faziam sentir dentro da Diretoria?

O Sr. Sérgio Gabrielli veio aqui para dar uma aula sobre produção de petróleo, e eu fiquei muito incomodado, porque o que eu queria saber era o que a senhora disse aqui da gestão que ele fez na PETROBRAS. E, na minha opinião, a Diretoria-Executiva comandada por ele, assim como o Conselho de Administração



comandado por Dilma Rousseff são responsáveis sim, em grande parte, pela tragédia que se abateu sobre a PETROBRAS, ou por ação direta, por referendar Renato Duque, que mandou literalmente dar um cala boca na senhora e nos técnicos — *“nós vamos fazer desse jeito”* —, ou sustentar Paulo Roberto, ou sustentar Renato Duque, ou então, quando ele, por mais de uma vez, disse que tinham que fazer operações, porque a ordem veio de cima. Isso é de um novo delator aí que está revelando esse objeto de um navio-sonda, que ele mandou fazer uma operação, porque tinha que pagar uma continha do PT, que tinha que resvalar uma grana para o Banco Schahin, porque tinha que pagar o empréstimo do Sr. Bumlai, que tapou a boca de alguém que ia entregar o comprometimento de Gilberto Carvalho, Dirceu e Lula, no assassinato de Celso Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, eu concluo perguntando: quando a senhora começou a se aperceber e qual é a sua leitura desse esforço que foi feito para tentar mudar, não foi mudado e até onde a senhora entende que as informações eram mais do que suficientes, quer para José Sérgio Gabrielli e a Diretoria, quer para o Conselho de Administração que, durante todo o tempo, foi comando até 2010, pela Sra. Dilma Vana incompetente Rousseff?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu vou começar falando sobre o episódio na área de comunicação. Então, são dois episódios que o senhor citou: comunicação e depois a RNEST. Na comunicação, foi por volta de 2008, onde existia um orçamento de 30 e poucos milhões e, depois de um processo de apuração, se descobriu um desvio de mais de 100. Então, isso aconteceu porque foram fracionados os contratos, tinham pagamentos que não tinham produtos, tinha todo um contexto de má gestão, malfeitos e desvios dentro dessa área. Quando eu fiquei sabendo do problema, informei ao ex-Diretor Paulo Roberto Costa, que fez aquela frase que eu já citei, que falou aquilo que eu falei, e foi criada uma comissão no âmbito da Presidência. Essa comissão foi criada para apurar os fatos. O resultado foi um relatório pífio, de duas, três páginas, mas tinha um parágrafo lá, para eles poderem se proteger, que era “continuar as investigações em relação à contratação”. Tentaram reduzir um pouco esse grupo. Esse relatório veio para mim com essa atribuição. Eu criei a comissão — e foi muito difícil criar essa comissão,



porque as pessoas não queriam participar daquela comissão —, foi criada a comissão, foi feito o levantamento e, no final, descobriu-se que havia vários contratos que foram pagos. Isso aconteceu porque o sistema, que é o SAP — é o sistema que a gente usa —, permitiu que o gerente pagasse acima do limite que lhe era permitido e, ainda, que colocasse esses valores fora da área dele. Ele podia lançar em qualquer gerência da PETROBRAS. Criou-se um processo de reclassificação e, com isso, mascarou-se o que estava acontecendo. Quando aconteceu isso, o gerente foi afastado. Eu solicitei do setor jurídico da PETROBRAS um documento, porque eu queria, depois do relatório concluído, para a demissão desse empregado, e me foi dado um documento. Depois, ele entrou de licença médica. Eu fiz um outro pedido para que, mesmo ele de licença médica, eu pudesse realmente demitir esse empregado. Então, eu demiti o empregado, o Geovane, naquele período, em 2009, abril de 2009.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas ele ficou 4 anos na companhia, além daquele período.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ficou. Eu te falei de dois pareceres jurídicos. O terceiro eu não posso nem detalhar, porque eu não o tenho. Foi emitido um novo parecer para que esse empregado ficasse na diretoria.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quem manteve ele lá?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Quem emitiu o parecer. Eu não vi o parecer.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O parecer, sim, mas acima de quem mandou o parecer tem alguém que o avaliou.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu era a gerente-executiva e não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Um momentinho. Sim, eu já encerrei as perguntas. Ela respondeu uma e vai responder à segunda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois não.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Então, o que aconteceu? Foram emitidos dois pareceres, ele foi demitido. Foi feito um documento para a



encarregada do processo de demissão para que ele fosse demitido. Eu não fui informada. Para minha surpresa, quando eu fui ao Busca Empregados, para procurar alguém, estava o Geovane lá. Foi aí que eu fiquei sabendo que houve um terceiro parecer e que ele não tinha sido demitido.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ele ficou até 2012, então?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi. Foi.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A informação que eu tenho, Sr. Presidente... É porque é lá do seu Estado. Na verdade, por trás dele estava a mão forte do ex-Governador Jaques Wagner. E agora a segunda pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, para concluir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu só estou aduzindo as informações para que a CPI possa saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então, deixe-a responder. Com a palavra a Sra. Venina.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em relação ao segundo evento, que foi a questão da RNEST, em 2007, nós começamos a negociar esse novo modelo de contrato. Era uma negociação que se dava no grupo técnico, bem abaixo das gerências. Houve um consenso dentro da área de que havia necessidade de mudança daquele modelo contratual. Nós não conseguimos implementar esse modelo num primeiro momento. Nós escalamos isso para o diretor, e também nós não conseguimos. Isso culminou numa reunião com o Presidente Gabrielli, Diretor Duque, ex-Diretor Paulo Roberto Costa e o Gerente do setor jurídico, Fernando de Castro Sá, onde foi apresentada uma proposta nova de modelo de contrato. Para o senhor ter uma noção, Sr. Deputado, o título da apresentação era o seguinte: *“Para ser realidade, temos que fazer diferente”*. E, nessa apresentação, foi onde a gente colocou a questão dos marcos improrrogáveis e várias outras que viabilizariam o contrato. Algum tempo depois, eu não sei precisar exatamente o tempo, eu recebo, pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa, um *e-mail* que o ex-Diretor Duque encaminhou para o Barusco, onde *“vamos fazer...”* Aquela questão... *“O drive é nosso”*.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O *drive* é o prazo?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É o prazo. *“Você coloca aí essas licitações para frente e vamos acatar aquilo que a gente achar que é conveniente”*. Isso significa o quê? Quem fazia a gestão de todos esses projetos era aquela área. Quem tinha contato com fornecedor, quem tinha na mão o contrato, quem tinha na mão as licitações era a área de serviços. Aí, o que aconteceu? Qual foi a ordem que nós recebemos? *“Vamos prosseguir”*. E aí o contrato realmente não foi adiante e ficou, e aconteceu o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O valor negativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A última, só o valor negativo, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, Deputado Onyx. V.Exa. já utilizou...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas, Presidente, isso é importantíssimo. É o valor negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. já usou o tempo mais do que suficiente, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Qual é o cálculo de valor negativo maior que a senhora encontrou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Só concluo com isso.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É, só para esclarecer. Eu fiquei um período à frente desse projeto até 2009, e o projeto ainda prosseguiu. Então, foi até antes da Fase 4. A fase em que eu estava lá era aquela fase ainda do 13,4 bilhões e menos 2 bilhões negativos. Esse valor é muito maior agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni e passo a palavra para a Deputada Eliziane Gama, também autora do requerimento. V.Exa. dispõe do tempo de até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Venina Velosa: Venina, no seu depoimento à Polícia Federal, à Justiça Federal, você colocou, por exemplo, que o Conselho Administrativo da



PETROBRAS sabia da inviabilidade no caso da RNEST, da Abreu e Lima. Eu pergunto a você: o Presidente da PETROBRAS naquele momento, Sergio Gabrielli, também tinha essa consciência? Ele fez alguma coisa para tentar coibir esses desvios e essa inviabilidade?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ele tinha consciência não só através do conselho, mas como das reuniões de diretoria. Nas reuniões de diretoria, era apresentado... essa inviabilidade foi informada. E todas as pautas que foram colocadas, a ordem foi mandar prosseguir.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, a Refinaria Abreu e Lima, essa que nós tivemos, num primeiro momento, 1 bilhão e 200 mil, enfim, chegando aí a 17 bilhões — pelo menos são os números que a gente tem, podem até ser maiores. Não foi simplesmente algo, um erro, digamos assim, mas um erro proposital. Tinha consciência, de fato, que esses impactos e esses prejuízos viriam para o bolso do povo brasileiro.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Correto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso, a Refinaria Premium I e Premium II, que também foi no mesmo período, inicialmente, e aí houve um investimento de aproximadamente 3 bilhões de reais, e nenhum dos dois sequer saiu. Na refinaria, por exemplo, no Ceará, nós não tivemos nada feito. No Estado do Maranhão, apenas uma terraplanagem, com o orçamento aí, o investimento de 3 bilhões de reais. Para lá, a gente também... havia um conhecimento por parte da Presidência, do Conselho e da própria PETROBRAS também da inviabilidade?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Quando eu saí, os projetos das refinarias não estavam num estágio muito avançado. Mas eu acredito que, dentro do modelo estabelecido pela empresa, que é a estratégia consolidando esses projetos, a área de estratégia calculando essa viabilidade, quando ela apresenta o portfólio, a estratégia apresenta para a diretoria. Quando o Conselho aprova, essas informações são levadas. Se a governança foi a mesma — eu não posso afirmar, porque eu não estava lá, não estava nem no Brasil —, existia o conhecimento, sim. Mas eu não posso afirmar, porque eu realmente não estava lá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Considerando o meu tempo, e as suas informações, que são extremamente importantes, o Renato Duque, ainda em



uma de suas falas e relatos que você deu também à Justiça Federal, você cita, você faz uma referência, por exemplo, à determinação que o Renato Duque, na verdade, estabelece. Quer dizer, o prejuízo não deveria estar para as empreiteiras, dos contratos, frutos das irregularidades. Eles não poderiam ser contabilizados junto às empreiteiras, ou seja, eles deveriam ser contabilizados pela própria PETROBRAS, pelo recurso público? É isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Na verdade, o modelo todo que foi colocado para a implantação desses empreendimentos pressupôs que a conta ficasse dentro da PETROBRAS, porque, se não ficasse, não existia... O superfaturamento é o quê? Alguém cobra e alguém paga. Quem paga? A PETROBRAS! Foi a PETROBRAS que pagou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, um negócio da China; ninguém teria prejuízo. Todo o prejuízo seria contabilizado na PETROBRAS. Eu vou fazer as próximas perguntas e eu queria que você anotasse, por conta realmente do meu tempo. Quando o Barusco... Por exemplo, o Barusco admite a realização de cartel, mas ele afirma, por exemplo, que as empreiteiras não tinham, na verdade, acesso às informações, o que contradiz, o que é contrário a uma palavra que você coloca, nos seus depoimentos, quando você faz referência, por exemplo, à presença dos funcionários da PETROBRAS nas reuniões da ABMI, ou seja, tendo acesso, de fato, a essas informações. A gente pode, então... Você pode reafirmar aqui pra nós que a informação do Barusco não é verdadeira, ou seja, de fato, eles tinham acesso a essas informações? Uma pergunta. A próxima pergunta que eu faço a você é algo, inclusive, que me chocou muito — e falo isso como mulher, como defensora de direitos humanos — e parece ser uma prática muito rotineira. Você, no primeiro momento, fez uma denúncia ao seu chefe imediato, e você é penalizada, sai do Brasil, passa lá 6 meses na geladeira, em Cingapura, sem fazer nada, enfim, acaba sendo penalizada. O Fernando de Castro veio aqui à CPI e contou um relato que parecia... lembra DOI-CODI, lembra campo de concentração, lembra, sei lá, as coisas mais absurdas de violação de direitos humanos. Quando ele também faz a denúncia de irregularidade, é colocado lá numa sala, fica ali isolado e depois, inclusive, ele até sofre um infarto, sofre um problema cardíaco, não infarto, que foi o que ele colocou, inclusive, aqui na CPI. Essa era uma prática cotidiana, além de



você, além do Fernando? Você também tem um relato de alguma outra pessoa que eventualmente também se propôs a fazer uma irregularidade? Ao invés de ter, na verdade, ou melhor, denunciar uma irregularidade, ao invés de ter a apuração desse fato, acaba sendo também punido?

A minha outra pergunta é referente, de fato, a essas denúncias que a gente acompanhou em todos os demais casos. E a Dilma Rousseff era quem estava na Presidência do Conselho. A gente pode falar que ela sabia, pactuava, não tomava uma medida realmente imediata. E, ainda juntando a tudo isso, a Presidenta Dilma, por muito tempo na História do Brasil, desde o período como Presidenta do Conselho, depois como Ministra-Chefe da Casa Civil, enfim, nas suas funções que assumiu no Brasil, ela sempre era tida como a gerentona, como aquela mulher que dava ordem, gritava, batia na mesa e todo mundo resolvia, e tinha que resolver de uma forma de fato imediata.

Agora, isso nos faz lembrar, por exemplo, o Delfim Netto, que disse que na verdade ela era uma trapalhona. Ao mesmo tempo, todo mundo sabe da relação de confiança dela com o ex-Presidente Lula. Ou seja, até todo esse conhecimento como Presidenta do Conselho da PETROBRAS e informações das irregularidades, a gente também pode dizer, por tabela, que o Lula também sabia, pactuava e não permitia, na verdade, que essas averiguações e essas investigações acontecessem dentro daquilo que é legal, dentro daquilo que é o correto acontecer, para evitar essa sangria nos cofres da própria PETROBRAS?

Eram essas as minhas perguntas.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A primeira pergunta, onde V.Exa. coloca que as empreiteiras não tinham acesso a informações, eu vou responder com um dado. Você tinha licitações onde tinha lá o primeiro, o segundo e o terceiro. Era feita uma nova licitação. O primeiro, o segundo e o terceiro se repetiam, com uma defasagem nos preços. Já houve licitação em que a estimativa era igual à proposta que era feita pela empreiteira. Com isso, eu acho que não é difícil a gente supor que eles tinham acesso a algumas partes dessas informações, sim. E isso está nos relatórios da Comissão, isso é um dado que já foi circulado.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É muito estranho funcionários da PETROBRAS integrarem, debaterem e discutirem dentro da Associação Brasileira de Engenharia Industrial — ABEMI?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olha, realmente, eu não tenho... nos meus processos eu não tinha nenhuma relacionamento com a ABEMI. Agora, quem participava dessa discussão eram os advogados, que aí fica mais distante ainda da minha área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço à Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, há mais respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então, para ela responder. Tem alguma resposta pendente ainda?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Presidente, há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra a Sra. Venina, para responder às perguntas que já foram formuladas.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em relação à questão das denúncias, que no caso eu fiz, o advogado Fernando de Castro Sá também fez, nós dois passamos por um processo semelhante. No meu caso, eu ainda fui exilada. Ele ficou, entre aspas, “encostado” numa sala, eu também fiquei “encostada” numa sala. Isso tudo é ruim demais, porque isso inibe os empregados de denunciarem, porque ele olha para o lado e vê: “*Olha, se eu fizer, vai acontecer comigo*”. E é muito ruim, porque você passa a ser vista como uma pessoa-problema para a organização. Você apresenta o dado para mostrar a solução, ou pelo menos para buscar uma solução, e você vira uma pedra no caminho. Então, depois que aconteceu esse processo todo, este ano, eu recebi alguns *e-mails* de colegas da PETROBRAS que passaram pelo mesmo processo. Alguns até estão com ação também na Justiça. Então, assim, eu vejo hoje... Não vou nem voltar lá atrás. Hoje eu tenho dificuldade de me recolocar dentro da empresa. Eu, com a formação que tenho, com a experiência que tenho, estou lá lotada numa gerência de *bunker* que foi a gerência onde eu fiz várias denúncias. Eu não tenho... Os médicos estão falando: “*Olha, isso não é um ambiente propício para o retorno*”. Mas eu estou lá. Eu tive que tirar 1 mês de férias pra ver se me recoloco.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluiu?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não me arrependo em momento nenhum de ter feito nada do que eu fiz, desde os anos 2006 e 2007. Não foi feito agora. Isso está dentro dos documentos que circulam dentro da PETROBRAS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Você não se arrepende?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não me arrependo. Eu tive vários problemas com as minhas filhas, com o meu marido, mas eu faria de novo, e talvez, agora, tendo a experiência, de uma forma mais inteligente. Talvez indo até para o Ministério Público direto, sem tentar tanto seguir a hierarquia da empresa, mas eu não me arrependo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A última pergunta, Presidente.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em relação à questão do CA, das denúncias, o que eu posso falar é que a governança da PETROBRAS era forte, o sistema de informações circulava. Quando você apresentava os projetos, você não apresentava sem a viabilidade. Isso chegava aos níveis hierárquicos mais altos. E eu posso falar também da questão do acompanhamento pelo PAC, porque a pessoa responsável pelo PAC estava na minha área, ele estava lotado dentro da minha gerência executiva. Ele era uma pessoa tão importante, que ele tinha um canal direto com o diretor. Quando ele tinha algum problema, ele já ia direto às áreas responsáveis, falava direto com o diretor. Então, assim, a importância que se dava aos projetos que estavam no PAC era muito grande. E essa informação era passada sistematicamente para o Planalto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era essa pessoa?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Para o Planalto?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É. Ai, ai, ai! O nome dele?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, parece...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora já se referiu duas vezes a essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. já excedeu o tempo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pela ordem.



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não me recordo, mas há muitos anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com toda a tolerância, eu vou deixar V.Exa. fazer mais uma e última pergunta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria só... Porque não ficou claro, como todo o respeito ao colega Deputado, que é brilhante aqui nesta Comissão, mas eu queria... Não sei se foi V.Exa. que perguntou, mas eu queria que ela me explicasse mais detalhadamente, ou seja, as informações eram passadas ao Planalto? É isso? À Presidenta Dilma? À Presidenta Dilma ou à Casa Civil, quando ela estava presidindo o Conselho?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - As informações do PAC eram passadas para o Ministro da Casa Civil. Eles tinham um grupo dedicado a isso e a interlocução era direta. Eu recebia vários telefonemas do Planalto perguntando alguma dúvida de algum projeto que por acaso estava ali, alguma informação. Agora, o que eu falo é o seguinte: quando eu falo que a informação é passada, eu falo em termos de realização física, em termos de viabilidade do projeto. Eu não posso falar de outras coisas além disso, porque realmente eu não tenho condição, não tenho como.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas podemos concluir que Dilma e Lula sabiam?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eles sabiam... Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Sra. Venina.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que eu posso dizer é que, dentro da hierarquia da PETROBRAS, até o CA, as informações não eram escondidas pelos técnicos para o corpo gerencial; elas eram passadas. É isso que eu posso falar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado, Deputada Eliziane Gama.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu vou fazer as minhas perguntas e depois usar o tempo da Liderança, após as perguntas, o.k.?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Cinco minutos depois.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sra. Venina, qual foi a duração do seu curso em Cingapura?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Dois anos e 3 meses.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Durante esse período em que a senhora esteve em Cingapura, nesse exílio, como a senhora disse, a senhora recebia sua remuneração integral durante esse curso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu recebia a remuneração... A PETROBRAS, ela te dá uma ajuda de custo para as suas despesas básicas e ela paga o seu aluguel, paga a escola, médico.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E, além disso, o seu salário?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Para todo mundo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, a senhora recebia o seu salário, uma ajuda de custo para despesas imediatas, mais médico, mais aluguel, tudo isso a PETROBRAS pagava para a senhora?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Como paga para qualquer um que vai para o exterior.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, eu só estou querendo entender a metodologia.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora conhece o Sr. Maurício Luz?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quem é o Sr. Maurício Luz?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Meu esposo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora esteve casada com ele de período a que período?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em 2007, eu me separei e até hoje.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, a senhora casou em 2007?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em 2007. Em novembro de 2007.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E se separou quando?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu me separei em 2013.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Certo. A senhora conhece a empresa Salvaterra Consultoria e Engenharia Ltda.?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora tem conhecimento se essa empresa tem algum contrato celebrado com a PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Hoje, eu não posso dizer.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não. Pergunto se ela já teve algum contrato. A senhora teve conhecimento de algum contrato?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ah, tenho. Ela tinha vários contratos em todas as áreas da PETROBRAS: na área de exploração e produção; na área de gás e energia e na área de abastecimento. Dentro da área corporativa, ela teve contrato com a PETROBRAS também, que era a área que eu gerenciava.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Na área que a senhora gerenciava, a senhora celebrou quantos contratos com a Salvaterra?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Talvez um ou dois. Eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Nós fizemos um requerimento à PETROBRAS; ela nos mandou aqui: são 24 contratos, sendo que três deles na sua área, os quais englobam aproximadamente 15 milhões de reais. A senhora não acha que há algum conflito de interesse em contratar uma empresa de uma pessoa com a qual a senhora veio a se casar?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olha, o que eu acho é que... o que aconteceu? Na época da contratação...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Só complementando: a modalidade de contratação, a senhora se lembra qual foi a modalidade?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi direta.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Todas com dispensa, não é?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Todas. Assim como todos os contratos nas outras áreas.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Com dispensa de licitação, não é?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Certo.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não acha que há algum conflito de interesse? A senhora acha normal funcionários da PETROBRAS contratarem familiares, maridos, esposas, filhos...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - ...na sua área de atuação?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em hipótese alguma. Eu concordo plenamente com o senhor, tanto que o que eu fiz na época foi... quando foi contratada essa empresa — e ele era diretor da empresa —, eu não tinha relacionamento nenhum com ele. Na medida em que eu assumi o relacionamento e nós assumimos a relação, foi feito o distrato do contrato.

Quando foi feito o distrato, isso ocorreu antes do casamento, antes da relação. E foi com saldo contratual existente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - D. Venina, a senhora tem que ter muito cuidado, pois a senhora está aqui sob juramento, não é?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sei.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não tinha uma relação antes do casamento com o Sr. Maurício Luz?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu tinha, antes do casamento. Mas o que eu estou falando...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu estou perguntando à senhora o seguinte: o casamento em si, sacramentado e tal, foi em 2007. Mas a senhora tinha uma relação anterior com ele antes do casamento?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ninguém se casa sem ter uma relação anterior, não é?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas quanto tempo anterior a senhora tinha essa relação?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Alguns meses. Mas foi...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Meses?!

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Alguns meses. Mas o que eu posso afirmar para o senhor é que, no momento da assinatura desses contratos, eu não tinha nenhuma relação com ele. Eu estou aqui sob juramento e falo isso sem



problema nenhum. E, na medida em que foi assumido esse relacionamento, foi feito o distrato. Eu não tenho problema nenhum para falar isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, a senhora não tinha nenhuma relação pessoal, de amizade ou de conhecimento, nada com o Sr. Maurício Luz no momento em que a senhora celebrou os dois contratos com dispensa com a empresa dele?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu já tinha trabalhado com ele quando eu estava na área de exploração e produção, em um período curto, e tinha referência. O que acontece quando a gente faz contratos na PETROBRAS? Normalmente, a gente usa referências das pessoas que estão trabalhando nas outras áreas. Existiam vários contratos da Salvaterra dentro da área de exploração e produção. E foi aí, a partir desses contratos, que a gente buscou referência. E, quando a gente faz a contratação direta, a gente também verifica os preços. A gente verifica os preços que estão sendo praticados na outra área. Tudo foi feito com parecer jurídico, de forma legal e muito ética. Não houve nenhum desvio, nem legal, nem ético.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - D. Venina, essa questão de parecer jurídico da PETROBRAS é uma coisa que não tem nenhuma credibilidade aqui. Todos esses contratos que estamos observando, com desvios de milhões e milhões, todos foram feitos com parecer jurídico. O que acho é que se trata de uma pessoa com quem a senhora já tinha um relacionamento longo, mesmo não sendo casada. Mas a senhora, na sua área de atuação, contrata a empresa com dispensa de licitação, acha que não há um conflito de interesse aí e que é normal, que isso é usual na empresa. Se a senhora tivesse conhecimento de um fato semelhante em outro setor da PETROBRAS, a senhora também acharia normal?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Primeiro, eu gostaria de fazer uma correção: eu não tinha nenhum relacionamento com o Maurício quando foi assinado o contrato. Essas são palavras que o senhor está colocando na minha boca.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Em nenhum dos dois contratos?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em nenhum dos dois contratos.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não tinha nenhum tipo de relacionamento: nem profissional, nem de amizade?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não tinha. Nunca tinha encontrado...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora acabou de dizer que trabalhou com ele antes da celebração do contrato...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Profissionalmente. Ele era um consultor, eu era...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, a senhora já tinha um conhecimento, um contato com ele?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Profissional, o que corroborou mais ainda a questão da especialização. Então, eu não tinha nenhum relacionamento quando foi feita essa contratação. E, na medida em que foi assumido o relacionamento, foi feito um distrato.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, as minhas perguntas são essas. Eu quero agora usar o meu tempo de Liderança para dizer que temos uma série de requerimentos, inclusive um aqui muito importante, por meio do qual peço a quebra do sigilo fiscal e bancário da Sra. Venina Velosa, do Sr. Maurício Luz e da empresa Salvaterra.

Esse requerimento já foi apresentado há muito tempo e até agora não foi deliberado. Seria importante a gente aprovar esse requerimento para justamente checar se essas informações que a D. Venina nos passou seriam verdadeiras.

Além disso, nós tivemos um contato com o Presidente Hugo Motta na semana passada — eu, o Relator e mais alguns Deputados — sobre a necessidade de fazermos urgentemente uma reunião administrativa. Nós temos uma série de requerimentos importantes que precisam ser deliberados. E, na falta dessas reuniões administrativas, estamos impedidos de fazer essa aprovação de requerimentos.

Gostaria que V.Exa., que está ocupando a Presidência de fato da nossa CPI, pudesse marcar para amanhã uma reunião administrativa, para que a gente pudesse deliberar sobre esses requerimentos em pauta, inclusive esse em que



requero a quebra do sigilo bancário e fiscal da Sra. Venina, do Sr. Maurício Luz e da empresa Salvaterra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes.

Informo a V.Exa. que fiz contato com o Presidente Hugo Motta, logo no início da reunião, para falar sobre a convocação de uma nova reunião com caráter deliberativo.

Ele me disse que estava refletindo sobre a questão e que muito provavelmente chegaria a tempo para anunciar sua decisão.

Portanto, vamos aguardar um pouco mais, pacientemente, a chegada do Presidente Hugo Motta, para que S.Exa. anuncie essa nova reunião com caráter deliberativo.

Com a palavra o Deputado André Moura, Sub-Relator, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, Sras. e Srs. Deputados, meus cumprimentos.

Sra. Venina, a senhora sofreu ameaças por ter denunciado o esquema de corrupção na PETROBRAS? Recebeu algum tipo de ameaça?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Sofri.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A senhora pode detalhar quais foram essas ameaças? E a senhora credita essas ameaças a quem?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sofri ameaças por telefone. Ameaçavam invadir minha casa, a minha vida. Eu sofri ameaças pessoalmente. Eles mandavam eu ficar quieta. E eu não sei quem fez.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E essas ameaças, quando feitas pessoalmente, eram diretamente com a senhora sem se identificarem? Era por telefone? Era como?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, por telefone, não se identificavam. Pessoalmente, não sei quem era a pessoa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. confirma que negociou proposta da empresa Alusa Engenharia após encerrado o processo licitatório e respectiva



aprovação da contratação pela Diretoria Executiva e desconsiderou o desconto de 25 milhões aceito pela empreiteira?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Como eu disse antes, esses processos não estavam na minha área de atuação. O que ocorreu foi que foi solicitado a mim a apresentação de um cronograma. E o cronograma que eu enviei foi um cronograma com marcos improrrogáveis. Eu mandei uma lista, na tese de que isso realmente garantiria um melhor andamento da obra. E aí foi enviado esse cronograma, porque me foi solicitado. O que aconteceu foi que a Alusa mandou uma proposta de orçamento num valor mais alto do que ela havia apresentado anteriormente, e eu informei isso ao ex-Diretor Paulo Roberto Costa. E eu — acredito que, se não foi no mesmo dia, foi no dia posterior — recebi um correio do ex-Diretor, falando que a Alusa havia dado um desconto de 1 milhão de reais. Então, o que houve não foi uma negociação — foi uma apresentação de cronograma —, onde, no final, ela deu esse desconto. Agora, acho importante contextualizar esse fato: a Alusa era responsável pela construção da casa de forças. Junto com a construção da casa de forças havia várias licitações a serem abertas. O que a gente pediu, o que o corpo técnico pediu, foi para que não fosse dada a autorização para que se prosseguisse com os serviços, para que esperássemos que todas as licitações fossem abertas, para vermos o nível de preços que viria, para vermos se realmente isso estava aderente ao mercado e para tentar o processo mais competitivo. Então, depois de feito isso — e isso foi documentado, foi enviado para o ex-Diretor Paulo Roberto Costa —, é que aconteceu esse evento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Esse documento enviado foi assinado pela senhora e pelo Pedro Barusco ou só pela senhora?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não... o cronograma?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi por mim, porque eu é que... a gente é que tinha...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eram vocês que tinham essa responsabilidade.

A Sra. Graça Foster afirmou nesta CPI que se sentia envergonhada com a corrupção institucionalizada na PETROBRAS. V.Sa. acha tal afirmação contraditória



por parte dela? E V.Sa. acredita que houve omissão por parte da Sra. Graça Foster em todo esse esquema?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olha, a ex-Presidente Graça Foster sempre foi uma profissional muito dedicada. Era uma pessoa que trabalhava com afinco, de sete à meia-noite. Para ela não tinha madrugada, não tinha hora. Ela era muito dedicada à empresa. Então, eu realmente acredito que ela, como todos os empregados que amam aquela empresa e que a ela se dedicaram, ela sentiu vergonha, sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A senhora acha que ela sentiu vergonha?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Para finalizar, Presidente, pois acho que todas as minhas perguntas já foram feitas por aqueles que nos antecederam, pergunto se V.Sa. sabe ou tem ideia de quanto foi desviado, em montantes, ou algo aproximado, em compras de combustíveis para navios denominados *bunkers* e quem se beneficiou dessas compras.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Esse problema foi levantado em 2012. Logo quando eu cheguei em Cingapura, ele foi levantado por mim. Na hora em que fiz um trabalho analítico em cima das compras e vendas efetuadas foi detectado um preço. A PETROBRAS sempre comprava por um preço maior do que o do mercado. Durante 1 ano — a gente analisou 1 ano ou 1 ano e meio — somente uma compra tinha sido efetuada no preço de mercado, que não tinha sido feita pelo *trader* que fez as demais compras. Na minha visão... Foi feito um relatório, foi montada uma comissão em Cingapura. Isso foi encaminhado para a Gerência Executiva — no caso, foi o Raimundo Pereira. Nessa mesma época aconteceu também de haver denúncias nessa área em outras regiões. E acabou que foi feita uma auditoria onde eu não participei do processo, eu não fui convidada a participar do processo. Eu sei que alguns empregados foram suspensos, mas eu também não tive acesso a isso. Um empregado de Cingapura foi mandado de volta ao Brasil. Mas o montante, o valor global, eu não tive acesso, porque tinha compra em vários lugares.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k.



Presidente, as demais perguntas já foram feitas anteriormente. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu que agradeço, Deputado André Moura.

Passo a palavra ao Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu vou pedir para usar o tempo de liderança, porque vou fazer aqui algumas colocações. No final, faço as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. vai usar o tempo de liderança antes ou depois? Agora, inicialmente, V.Exa. irá falar por 2 minutos?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes. Talvez eu nem utilize todo o tempo. Mas eu quero fazer um comentário e, no final, vou fazer as perguntas. Então, gostaria que a depoente anotasse, porque meu tempo para perguntas é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O tempo é de até 8 minutos, pela Liderança.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ótimo.

Primeiro, V.Sa. disse aqui que assinou vários documentos, porque era servidora da PETROBRAS e que o chefe era o Paulo Roberto, e V.Sa. teve que assinar. Vou perguntar logo em seguida, quando chegar a vez das perguntas, se alguma vez houve negativa por parte de V.Sa. de assinar algum documento; se levaram um documento, aí você disse: "*Não, esse aqui eu não assino*". Pergunto se houve isso, quais e que tipo de documentos — se é que aconteceu isso.

O grande problema relacionado a essa área foi exatamente o PAR, que é o Programa de Antecipação das Refinarias. Quer dizer, qual foi o grande problema da PETROBRAS com relação a esses superfaturamentos, esses 14 aditivos, 20 aditivos, 50 aditivos em cima de obras? É exatamente porque não tinha um planejamento, não tinha um projeto básico consistente, bem elaborado, com viabilidade. Então, se antecipou essa questão das refinarias, que é um programa que foi criado, Programa de Antecipação de Refinaria, que, na prática, permite-se esculhambar o negócio, ou seja, fazer sem ter projeto, sem ter nada. E aí se perde o controle. Evidentemente, qualquer um que já atuou na área de administração sabe



que qualquer investimento, qualquer obra, qualquer projeto sem um projeto básico, sem, pelo menos, uma coisa detalhada, não vai dar certo.

Agora, é evidente que ninguém aprovaria um projeto de antecipação de refinaria sem passar pela cúpula. É evidente que o Gabrielli... É óbvio. Eu não teria nem que perguntar, mas vou perguntar para ficar registrado nos Anais da Casa. Mas é óbvio, é evidente que o Gabrielli discutiu isso e aprovou isso. Mas, mesmo o Gabrielli, acho que ele não tinha ainda essa autonomia para aprovar um programa tão importante de antecipação. Isso, evidentemente, tem que ter passado pelo Conselho de Administração. Mas, evidentemente, antes de passar no Conselho de Administração, há discussão no Palácio do Planalto. É óbvio que alguém lá de cima comandou o processo. Hoje nós já sabemos que tudo passou pela Casa Civil. E o Ministério Público já está declarando isso claramente. Nós já sabíamos; eu, particularmente não tenho nenhuma dúvida. Mas ele disse hoje que tudo nasceu na Casa Civil do Presidente Lula, tudo, toda essa... E até hoje eu não entendo: o Relator ainda não conseguiu... E a todo momento está perguntando, porque ele não admite que, antes de 1998, o Barusco recebeu milhões, mas por conta dele, como indivíduo, como propina, ou como comissão de alguma coisa. A partir de 2003, a partir da Casa Civil, através do José Dirceu, que disse uma vez que Lula sabia de tudo que ele estava fazendo. Ele disse isso claramente. É bom rever lá atrás o que José Dirceu disse. Nada do que ele fez Lula desconhecia.

Portanto, essa questão aqui do programa de antecipação de refinaria, eu perguntaria, logo em seguida também, se V.Sa. entende também que a cúpula lá de cima sabia de tudo isso.

Agora, é evidente que eu tenho o maior respeito, admiração, carinho por todos os servidores da PETROBRAS. São técnicos que orgulham o País, pelo menos grande parte. Mas aquelas pessoas que participaram do processo licitatório, que eram responsáveis por fazer o orçamento da PETROBRAS, a Comissão de Licitação... E aqui nesse caso do programa de antecipação também houve Comissão de Licitação, e, algumas vezes, foi cancelada a licitação, para, depois, ter uma nova licitação, sendo convidados os mesmos participantes, apesar de a lei ser muito clara: quando há uma nova licitação, ou convite no caso, têm que ser convidadas outras empresas, pelo menos uma ou duas empresas que não



participaram da anterior; mas a PETROBRAS não, houve licitação, e as empresas convidadas cancelaram a licitação, e, na segunda licitação, os mesmos participantes, sem incluir ninguém.

Então, eu perguntaria — anotando depois — se a implementação desse programa não estava contaminada politicamente, porque tudo isso aí foi decisão política, se esse programa de antecipação de refinaria não atenderia muito mais aos interesses políticos de Governo do que propriamente à PETROBRAS.

Agora, V.Sa. já disse alguma coisa, aqui, relacionada a essa licitação, mas antes disso tem a questão dos equipamentos. Como antecipou... Há esse programa de antecipação de refinaria. No caso do COMPERJ, por exemplo, foram adquiridos equipamentos... Evidentemente, quando se encomenda... O Governo, inclusive, fez várias políticas para atender a essa demanda da PETROBRAS: flexibilizou o câmbio para facilitar a transferência de recursos, implementou de uma forma correta, porque nós concordamos com a defesa do produto nacional, mas entre defender essa política e fazer isso premeditadamente para faturar é outra coisa, e o Governo fez isso, aprovou a medida provisória para facilitar o câmbio, uma demanda da competitividade, mas por trás desse pensamento, lá atrás, da turma do Palácio do Planalto, da Casa Civil, isso já era premeditado. *“Vamos fazer aqui uma medida provisória, vamos aprovar.”* Há realmente o respaldo da desburocratização, da competitividade. *“Aí, nós aproveitamos essa deixa e vamos aproveitar para escoar o dinheiro via importação/exportação fictícia.”* A mesma coisa que... Existe uma demanda grande de competitividade das empresas nacionais. *“Então, vamos aproveitar aqui e implementar um programa de valorização dos equipamentos nacionais.”* Aí, o que acontece? Utiliza-se desse argumento e compram-se diversos equipamentos que estão lá e que não servem para nada. Milhões e milhões de equipamentos foram comprados e não foram usados.

Da mesma forma, foram feitas também algumas licitações, e na Comissão interna que apurou isso surgiu a questão... V.Sa. falou rapidamente aqui alguma coisa sobre isso, conforme está posto no relatório, de um preço 272% acima do orçado, e que V.Sa. encaminhou ao Francisco Paes essa observação, de que... Mandou um e-mail inclusive, da área de engenharia — um empreendimento que era de 4 bilhões não estaria compatível com a obra da casa de força. Houve aí um valor



de 568 milhões de dólares que correspondia a 966 milhões de reais, pela Alusa, e que o preço foi 272% acima do valor orçado. V.Sa. encaminhou então... O Francisco Paes mandou o *e-mail*.

Eu queria que V.Sa. falasse um pouco sobre isso, porque V.Sa. foi acusado exatamente de ter dado um prejuízo de 25 milhões, tendo em vista que houve esse desconto, na Alusa, de 34 milhões e, na prática, só foram aplicados 9 milhões e 200. Houve aí então... Deixaram de economizar 25 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci, o tempo de liderança está se esgotando; aliás, já se esgotou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, só a última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. dispõe de 3 minutos para fazer as questões.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há aqui ainda essa questão: na Comissão interna que investigou essas irregularidades, apareceu a contratação de serviços, que era da refinaria, comandada por Paulo Roberto Costa, a engenharia, por Renato Duque e Pedro Barusco, e V.Sa. também participava da engenharia corporativa.

Pedro Barusco devolveu 100 milhões. Paulo Roberto Costa e Renato Duque também estão totalmente envolvidos. Realmente, V.Sa. estava ali no cerne da questão.

Essa questão da Abreu e Lima, desse programa de antecipação, V.Sa. entende que esse... V.Sa. alertou isso? Por exemplo, a questão orçamentária quem acompanhava era V.Sa. É evidente que essa obra começou com 4, pulou para 5, foi para 12, foi para 13, foi para 20 bilhões! Como V.Sa. trabalhava exatamente no orçamento, não foi muito estranho? Quer dizer, mandou *e-mail* e aí alguém respondeu? Ficou por isso mesmo? Como é que pode uma obra desse porte, desse valor levar tanto tempo e ficar tão na cara — não é? — em termos de volume? Quer dizer, uma coisa que começou com 2 bilhões e meio, e todo mundo sabia que era a primeira fase, chegou a quase 20 bilhões.

Assim como eu perguntei se V.Sa. se negou a assinar algum documento, quando foi perguntado aqui sobre o Pereira, ou Pereirinha — não sei —, e V.Sa. respondeu, V.Sa. deu a entender, pelo menos eu entendi isso, de que o Pereira,



pelo esquema que estava montado, tem tudo a ver com a participação no esquema, porque era ele que negociava — a parte comercial era com ele.

Eu perguntaria: algum técnico — nem vou dizer técnico —, alguém que tinha o poder de gerência, ou de negociação, que não saiu ainda na Operação Lava-Jato e que V.Sa. tem conhecimento também que participou, ou que tinha tudo para participar do esquema?

Essas são as perguntas.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em relação à primeira pergunta, de eu ter assinado vários documentos, eu era subordinada ao ex-diretor: eu assinei vários documentos, mas os documentos que eu assinei, as informações que eram da minha responsabilidade, estavam lá, eram informações de viabilidade econômica. Se houve um documento que eu me recusei a assinar: eu poderia dizer que foram vários, mas um fez com que eu realmente saísse da Gerência Executiva. Quando eu não quis mudar o cálculo de viabilidade, passar para a Fase 3, e nessa época o projeto estava em 13 bilhões, em torno de 2 bilhões negativos, eu fui retirada da Gerência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas chegaram com esse documento para V.Sa. assinar ou não?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, nós fizemos uma apresentação. Primeiro, o que a gente fez foi mostrar a viabilidade. Eu cheguei a escrever o documento, mas ele não foi à frente porque eu saí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Fizeram outro documento e pediram para V.Sa. assinar?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Para mim não, porque eu já tinha saído.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual que V.Sa. se negou a assinar?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi o da mudança de Fase 2 do projeto para a Fase 3, quando começa a plena implantação do projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Um que você se lembre.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Esse para mim é o mais marcante.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas não houve outro menos marcante, porque marcante na PETROBRAS é de bilhões, então, o não marcante é um bilhão e pouquinho?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - *(Risos.)* Há vários documentos em que se trabalha o texto dele. Por exemplo: esse texto que eu li para os senhores em que eu coloco a questão do VPL negativo dos signatários foi um texto que teve que ser muito debatido com o gabinete, porque não dava conforto para a diretoria. Então, esse foi um texto que era talvez bastante claro, em que estava se aprovando um contrato onde o VPL era negativo, e eu tive muito desgaste. Foram vários. Em relação ao PAR: o PAR, ele aprovou antecipação; mas é bom deixar claro que a proposta do projeto não era antecipar tudo. Ele tinha ali algumas unidades onde se propunha a antecipação. Quando se propunha a antecipação nas propostas, as áreas tinham que fazer vários detalhamentos: eu tinha que trabalhar a questão da empresa; o CENPES tinha que trabalhar o projeto básico; a engenharia tinha que trabalhar a proposta de estratégia da contratação; a área de equipamentos já tinha, nesse documento, trabalhado a questão de equipamentos. Isso foi discutido, amplamente discutido pelos assistentes, foi aprovado pelo colegiado, pela Diretoria, Presidente e Diretores, foi feita uma apresentação no Conselho de Administração. Então, o PAR foi aprovado, foi até o Conselho para ser aprovado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era o Presidente nessa época do Conselho de Administração?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A Presidente era a Dilma Rousseff. Quanto à questão das licitações, à questão de convidar as mesmas empresas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para concluir o raciocínio, se a senhora me permite, quando foi apresentada essa proposta com a presença da Presidente Dilma ao Conselho, V.Sa. estava presente, fazendo a apresentação?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não fui eu, foi o ex-Diretor Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas a apresentação estava de acordo com aquilo que V.Sa. preparou? Com déficit, mostrando que era inviável?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Na época do PAR, o projeto ainda estava muito incipiente, os contratos ainda não tinham saído, ainda não se mostrava inviável o projeto. Eu realmente não participei da reunião. Quanto à questão das comissões de licitação, de que os convidados eram os mesmos: mais uma vez eu tenho que falar que esse processo é gerido pela área de engenharia. A questão da Alusa, realmente, quando nós vimos que a proposta vinha 275% acima, o senhor viu aí, nós pedimos para não dar autorização de serviços. Por quê? Porque isso era uma coisa que para nós era completamente fora do mercado, isso inviabilizaria o projeto. Isso foi mandado para o gabinete, e o gabinete respondeu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Era para dar um desconto de 34, foi dado só um de 9. A PETROBRAS deixou 25 milhões aí.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não participei desses 34, desses 9, eu não participei dessas reuniões. Eu acho até que o Glauco esteve aqui até detalhou isso um pouco melhor, mas eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Comissão Interna atribuiu a V.Sa. a responsabilidade disso.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Por isso eu tenho uma ação em que eu estou contestando as decisões, por quê? Porque eu não tive a chance de contestar isso dentro da PETROBRAS. Ninguém teve acesso a esse documento para poder realmente falar: *“Olhe, isso não foi isso; isso foi aquilo”*. Não foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço que conclua.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Por isso eu decidi entrar com essa ação. Em relação ao PAR e a todo o processo: foi por reiteradas vezes por escrito, não só em reunião, informada a inviabilidade do projeto. Esses documentos estão disponíveis. Isso foi o que aconteceu. Eu queria só fazer uma ressalva em relação ao ex-Gerente Executivo Raimundo Pereira: eu não disse que ele fazia a fraude, eu falei que a área dele era responsável pela negociação do contrato, e eu realmente não participei dessa negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria também incorporar o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. dispõe, então, de 5 minutos adicionais.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria primeiramente falar como Líder e queria deixar as perguntas para o final.

A nossa convocada já pode ir anotando alguns comentários, algumas questões que eu vou deixar.

Primeiro, eu queria dizer que é difícil, é muito subjetivo ler olhos. Eu não sou nem Pixinguinha nem Fagner para ler olhos de ninguém. Eu me baseio em fatos. Eu sou um investigador da CPI da PETROBRAS. Então, nós estamos aqui atrás da verdade.

Então, a primeira questão é a seguinte: o que não ficou muito claro, em toda a sua entrevista ao *Fantástico*, em outras questões, foi que V.Sa. realmente colocou que foi ameaçada de morte, com um revólver na cabeça. Acho que ninguém colocou isso aqui ainda. Eu queria entender o seguinte: onde foi e quem foi que fez isso? Essa é a pergunta chave, porque essa é a questão principal. Se houve uma ameaça de morte, ela não pode passar em branco aqui. Eu queria saber onde foi e como foi, entende? Se a senhora não sabia quem era, qual a descrição dessa pessoa? Ameaça telefônica pode ser feita por qualquer cidadão ou não cidadão inclusive, que faz ameaça.

Eu queria só colocar o seguinte: a segunda questão é que toda essa discussão — V.Sa. colocou com muita clareza — começou com a questão da comunicação em que V.Sa. viu uma fraude real, concreta, que foi denunciada, e, depois, com a questão da não assinatura dos contratos que deram um salto nos preços da RNEST, o que eu já acho uma discussão mais complexa, porque tem gente que acha que passou de 4 bilhões para 18 ou 19 bilhões porque houve só corrupção. Então, só aí, tem 16 bilhões. Então, toda corrupção da PETROBRAS até agora constatada pela PF é de 6 bilhões.

Eu quero focar onde está, realmente, a corrupção, para nós não fazermos questões que não são pertinentes, entende? Então, eu quero saber onde que está o salto.



Terceiro, eu tenho aqui resposta a uma pergunta que foi feita no *Fantástico*, sobre uma mensagem da senhora para o Paulo Roberto Costa, na qual a senhora faz um agradecimento pelo crescimento na sua carreira e menciona que estava vivendo situações de conflito. Bem, eu queria depois que V.Sa. pudesse descrever a sua relação com o Paulo Roberto Costa, não só a vivência, mas, pelo que eu vi da sua carreira, V.Sa. exerceu cargos de confiança, não só cargos de carreira da PETROBRAS. Eu estou enganado sobre isso? Nos cargos que V.Sa. exerceu também houve indicações.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A quais cargos o senhor se refere?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Todos, os cargos de Gerente Executivo, etc. São cargos de carreira na PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - São.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esta que é a pergunta: a senhora nunca foi indiciada para um cargo?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nunca foi. Esse é um esclarecimento que eu precisava ter.

Mas a senhora tinha uma relação boa com o Paulo Roberto Costa. Pareceu-me que, inclusive, através dessa carta aqui, a senhora faz um agradecimento pelo crescimento na sua carreira. Podia, depois, esclarecer isso sobre o Paulo Roberto Costa?

Sobre a questão do Sr. Maurício Luz, eu queria lhe fazer uma pergunta bem específica. V.Sa. já esclareceu ao Deputado Aluisio como conheceu essa pessoa e que os contratos teriam sido feitos antes e depois sido revogados. Essa pessoa faz o que exatamente, esse Maurício Luz, seu ex-esposo? Eu gostaria de saber, em segundo, se ele tem alguma relação com o Sr. Jorge Luz? A senhora conhece o Sr. Jorge Luz, um que o jornal *O Globo* fez uma longa...?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Pela mídia, sim, conheço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É parente?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é parente?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas tem alguma relação com o Sr. Maurício Luz?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A outra questão, Presidente, é a seguinte: também aqui na sua reportagem, V.Sa. diz que senhora e a Sra. Graça Foster eram pessoas próximas. E depois de tudo o que aconteceu — foi carta para lá, comunicação para cá —, eu queria uma resposta “sim” ou “não” da senhora, porque isso importa nos processos para que não haja tanta insinuação. A senhora vê alguma desonestidade na conduta da Sra. Graça Foster?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Do Sr. Sérgio Gabrielli? *(Pausa.)*

Tem que responder. *(Risos.)* Aqui é CPI.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sei. O senhor quer que eu responda a todas?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero. Quero que responda.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Já está no meu tempo de resposta?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou no meu tempo de pergunta, a senhora já pode responder “sim” ou “não”.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em relação ao Sr. Sérgio Gabrielli, houve acho que um evento ou dois que realmente me chamaram atenção. Nesse processo que eu falei, sobre a comunicação, quando a gente apurou alguns eventos, alguns desvios, e que o Geovane, o ex-empregado da PETROBRAS, foi afastado, eu fui chamada à sala do Sr. ex-Presidente Sérgio Gabrielli, e ele queria entender porque eu havia feito aquilo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aquilo o quê, exatamente?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Destituir o Geovane da função de Gerente da área de comunicação. Aí eu expliquei para ele o porquê, e ele me perguntou: “*Não tem um outro jeito?*”? E eu falei: “*Qual é o jeito, se há quebra de confiança, se há um desvio enorme? Isso está provado. Não tem como.*”. Então, naquele momento isso realmente soou estranho para mim.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas isso não caracteriza desonestidade, em linhas gerais. Pode ser uma consideração subjetiva, não é?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Tá. Agora, o que eu percebi durante as apresentações que foram feitas sobre a viabilidade no caso da RNEST é que a Diretoria, o Presidente, eles teriam todos os instrumentos para se aprofundarem naquele problema que havia sido apresentado. Tinham auditoria, tinham um corpo técnico, e nada disso foi feito. A ordem era sempre mandar prosseguir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, é que eu fiz as outras perguntas. Depois V.Sa. responde o resto das perguntas anotadas. V.Sa. é filiada a algum partido político? V.Sa., no tempo em que permaneceu na PETROBRAS em alguma função, conheceu algum político, Parlamentar, que esteve na PETROBRAS com a senhora e que está na Lava-Jato hoje?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não conhece nenhum político?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não. Eu já devo ter encontrado algum no elevador.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a senhora não teve nenhum contato formal, institucional com nenhum político, não é?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não. Nenhum contato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria perguntar, voltar àquela pergunta inicial, que eu acho a mais importante: quem ameaçou a senhora, onde foi e como foi? Por favor.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Posso começar a responder as perguntas por essa?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu moro no Flamengo e havia ido visitar uma amiga no Catete. Isso era por volta de 9 horas ou 10 horas. E essas visitas eram frequentes.

(Não identificado) - Vinte e uma horas?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Por volta disso. E essas visitas eram frequentes. Era uma amiga muito próxima minha. Em uma dessas visitas,



quando eu saí, duas pessoas se aproximaram de mim. A rua é meio escura. Eu não me lembro exatamente do nome da rua, mas eu posso depois informar para os senhores. E o que eles fizeram foi gritar e falar *“Para! Isso é perigoso”*. E praticamente eles repetiram as ameaças que me faziam por telefone, que eram sempre no sentido de *“Isso é perigoso; tem muita gente grande; você que vai se dar mal”*.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E a senhora registrou uma ocorrência sobre isso na polícia?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu fiquei completamente apavorada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não registrou?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não registrei. Eu saí. Quando eles correram, eu entrei em uma casa que havia logo em frente, porque eu comecei a passar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a senhora saberia fazer a descrição dessas pessoas?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Estava muito escuro, senhor. É uma rua escura.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Muito bem. A senhora falou também que havia uma salinha de castigo e de tortura na PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não. Eu não falei que tinha uma salinha de tortura. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas algum Deputado insinuou que era uma salinha de tortura.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que eu falei...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então esclarece o que é isso aí.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu esclareço. Eu retornei de Singapura...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é delegacia, não, entendeu? Porque o Waldir já está começando a ficar animado com esse negócio.

(Não identificado) - Era usada esporadicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Após... Quantos anos? Eu comecei a minha carreira gerencial na PETROBRAS em 1995. Após 19 anos como gerente na PETROBRAS e vários cursos, quando eu retornei à empresa e me apresentei ao gerente-executivo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem era o gerente-executivo?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Era o Pereira, Raimundo Brandão Pereira. Ele falou: *“Olha, você fica nessa sala aqui.” “Está bom. E o que eu vou fazer?” “A gente vai ver.”* A partir daí, realmente, eu não tive o que fazer. Tinha lá a mesa, tinha lá o computador, mas nenhum *e-mail*. Nunca fui solicitada a fazer nada. Fiquei 5 meses, e, parte desse tempo, acabei sendo afastada, porque isso realmente me provocou alguns problemas de saúde. Realmente, não está intitulada sala de tortura, mas é como se fosse. É muito ruim você ficar dentro de uma sala.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, a pergunta que eu fiz apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...é a seguinte: qual é a sua convivência? Como é que a senhora conheceu o Sr. Paulo Roberto Costa? Conviveu com ele? Essa convivência era boa? Ele teve algum papel na sua ascensão profissional?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu conheci...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora alguma vez desconfiou de um crescimento patrimonial do Sr. Paulo Roberto Costa, enriquecimento ilícito? Poderia descrever isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Entendi. Quando eu trabalhava em Belém, na Amazônia, quando eu implementei aquele sistema de gestão, de SMS. Quando eu vim para o Rio, quando eu fui convidada para vir para o Rio, é, fui convidada para trabalhar na GASPETRO. E eu, realmente, já queria vir para mais perto da minha família. Era um desejo que eu expressava sempre para os gerentes gerais.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora estava onde, exatamente, antes?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em Belém.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em Belém.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Na área de exploração e produção.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu vim para a GASPETRO. Não conhecia o ex-Diretor Paulo Roberto Costa. Eu acabei trabalhando no setor de gerenciamento de contratos, que era ligado a uma gerência de operações, em que ele era o Diretor. Então, o meu relacionamento naquela época era diretamente com o gerente de operações. Depois, quando eu fui trabalhar na área de gás e energia, onde eu estava na Gerência de Faturamento e, depois, fui para a Central de Supervisão, é que ele era o meu supervisor imediato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso foi em que ano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo, Deputado...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em 2002, 2004, por aí, mais ou menos... É porque eu fui para área de abastecimento em 2005. Foi logo depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E essa carta de agradecimento aqui pela ascensão profissional se refere ao quê exatamente?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Aí, depois disso, eu fui convidada a ser assessora, gerente de planejamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por quem?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Por ele, pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa. Nessa época, até ser gerente-executiva, eu estava subordinada a ele. Então, isso se referia àquele fato. O conflito vinha e veio depois dessas confusões todas. Porque, até 2007, a gente não via nenhum desvio nos processos, pelo contrário. A gente estava trabalhando na reestruturação da área de abastecimento. Porque são processos complexos, são gerências executivas complexas, e eram estanques. Então, tinham problema de redundância de informações, de sistemas, de pessoas. Foi esse o projeto inicial para o qual eu fui convidada. Então, até esse período, não existia conflito, até porque nem tinha



projeto na área de abastecimento. A partir do momento em que começaram a surgir os projetos, e eu detectei desvios, eu fiz as denúncias.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, qual foi a reação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Última pergunta, Presidente: a senhora teve algum atrito com o Paulo Roberto Costa em algum momento?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Vários. Eu posso citar um, por exemplo: eu saí um dia para almoçar e, quando retornei, havia um recado no meu telefone, de outro gerente-executivo, que era o Aquino, que trabalhava comigo: *"Passe na minha sala antes de ir para a sua"*. Quando eu cheguei lá, ele falou: *"Olha, o Diretor falou que você pediu para sair. Reuniu todo o grupo de gerentes-executivos e disse que você pediu para sair."* Eu não tinha pedido para sair. Então, várias vezes, ele quis me desacreditar diante da força de trabalho. Foram vários atritos que aconteceram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Da questão da comunicação...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

Passo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sra. Venina, eu vou ter que ser rápido aqui, porque são só 3 minutinhos. Quando é que a senhora foi para a salinha? A data, o ano?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em fevereiro de 2012.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em fevereiro de 2012. Então, aqui a entrada da Sra. Maria das Graças Foster na Direção da PETROBRAS foi em 23 de janeiro de 2012. É isso, não é? Ela entrou em janeiro. Ela já era Presidente quando lhe botaram na salinha?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Já.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas a turma que lhe botou na salinha era a turma que foi trazida por Sérgio Gabrielli. Correto?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pois é. Eu estou fazendo essa conexão porque... A senhora sabia que duas produtoras de vídeo que trabalharam nas campanhas do ex-Governador Jaques Wagner e de duas prefeitas do PT da Bahia receberam 4 milhões da PETROBRAS em 2008, sem licitação, em projetos autorizados por Geovane Moraes?

Segundo, o Sr. Geovane Moraes, que foi mantido na PETROBRAS, apesar de tudo aquilo que foi apresentado, tinha um conjunto de ligações com o Governo da Bahia e com o Governo Federal. A senhora chegou a ter informações sobre as conexões e o apadrinhamento que era feito sobre Geovane?

E, na sua opinião, Sérgio Gabrielli lhe chama e pergunta se tem outra saída, porque muito provavelmente o Governador Jaques Wagner, à época — hoje, Ministro — deve ter conversado com ele a respeito do apaniguado Sr. Geovane Moraes, já que ele levava da área da comunicação projetos importantes sem licitação e bastante dinheiro, tanto para as produtoras de vídeo do Sr. Jaques Wagner, quanto para prefeituras do PT na Bahia.

Por fim, a Sra. Maria das Graças Foster anuncia, em julho de 2012, o Plano de Negócios da PETROBRAS de 2012 para 2016. Ali ela diz a seguinte frase: *“A RNEST é uma história a ser aprendida e não repetida.”* Pelas palavras dela num contato com o ex-Governador Cid Gomes, ela fez a seguinte exposição: *“A Índia faz refinaria a 13 mil dólares o barril; a China, a 14; a Coreia do Sul, a 18. E, sobre esse parâmetro de preços, a RNEST, de 230 mil barris, deveria custar, no máximo, 4,1 bilhões de dólares, e não os 18 ou 20 bilhões que ela acabou custando.”* A Operação Lava-Jato se desenvolve a partir de 2014. Portanto, Maria das Graças Foster fala isso em 2012, e os roubos na PETROBRAS foram até 2014, inclusive com pagamentos de propinas tanto a Renato Duque, quanto a Pedro Barusco e Paulo Roberto Costa, depois que eles saíram das suas respectivas diretorias. A Sra. Maria das Graças Foster era só uma desinformada ou ela era omissa mesmo?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Em relação às produtoras, o relatório de conclusão desses problemas na área de comunicação apontou que a maior parte dos pagamentos foram feitos para a Bahia. Boa parte deles foi destinada à Bahia.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Desses recursos que não prestaram serviços à PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A maior parte, sim. Exato.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, claro.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Para alguns, houve evidência, mas uma grande maioria não teve. E os relatórios apontaram isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E as notas tinham origem em empresas baianas?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exatamente. Daí, você pode...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Quando... Você falou da questão da saída do Geovane, não é? Se não teria uma saída? Se você pensar que ele foi demitido lá em 2009 e permaneceu na empresa em 2012, foi encontrada uma saída.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E essa saída, na minha opinião, veio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...pela diretoria, através do Sr. José Sérgio Gabrielli.

Eu volto a dizer, Sr. Presidente, a CPI ainda tem que se debruçar sobre as atividades do Sr. José Sérgio Gabrielli, porque ele tem muito mais responsabilidades do que ele aqui fez parecer na cátedra que ele tentou dar a esta CPI de como é que se produzia petróleo. Ele tem que explicar o que ele, catedrático em petróleo, fez na gestão dele, onde essa roubalheira se instalou na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni.

Concedo a palavra ao Relator Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, com todo o respeito que tenho ao Izalci, quem pesquisar as notas taquigráficas hoje vai verificar que houve um Parlamentar, não do PT, que, em um determinado momento, disse: *“Então, é difícil roubar sozinho?”*, e a Venina responde: *“É. Os processos têm que passar por muitas mãos”*. Então, o conjunto da pergunta e da resposta também nos leva a crescer a desconfiança em relação ao Pedro Barusco, que disse aqui que roubava sozinho.



Mas eu queria aqui, Venina, fazer uma pergunta: o Sr. Maurício Luz trabalhou em Cingapura?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não... Ele, ele trabalhou por um período, talvez, de três semanas, duas semanas, no final, antes de voltar para o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em Cingapura?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nesse período, ele já era seu esposo ou não?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ele era meu esposo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele era seu esposo? Quer dizer que, depois, você vai trabalhar em Cingapura, onde seu esposo havia trabalhado?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É, não, não foi assim. Eu fui pra lá, ele abandonou toda a atividade que ele tinha aqui, ele foi pra me acompanhar. Aí, ao final do período, talvez 1 ano e meio que eu estava lá, ele trabalhou por um período de três semanas. Houve uma discussão em relação a trabalhar lá em Cingapura, e ele retornou ao Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele trabalhou pela empresa que ele trabalhava, Salvaterra?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Trabalhou como?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Independente. Ele é um consultor independente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas trabalhou para quem? Para a Braskem?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi para a Bras.. para a Bras... Braskem. Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No escritório em Cingapura, do qual a PETROBRAS comprava os subprodutos?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não havia relação comercial entre essas duas empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, primeiro, aqui, com todo o respeito, para deixar claro, aqui, nós temos vários assessores da Câmara dos Deputados. Se a Câmara dos Deputados estabelecer aqui que tem o exílio em Cingapura em que a Câmara vai pagar a residência, a escola dos filhos, o plano de saúde, e pagar em dólar, que hoje deve equivaler a 240 mil reais, eu acho que vai haver briga de pessoas para querer esse exílio, entendeu?

Vai haver até Deputado querendo renunciar ao mandato para ir. Há pessoas lá atrás batendo no peito já dizendo que quer um exílio desses. Então, não é exílio!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São 240 mil por ano!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por mês!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, deve ser por ano!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É por mês! É por mês!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não pode!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Duzentos e quarenta, equivalia, à época, a 160 mil reais por mês, porque era em dólar. Como o dólar, hoje, está mais valorizado, está correspondendo a 240.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em torno de 60 mil dólares por mês.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, apenas para dizer que o exílio, eu acho, porque eu conheço a história da PETROBRAS, um pouquinho, esses escritórios fora do Brasil são disputados, até mesmo porque o pagamento é feito em dólar e têm essas vantagens. Então, isso...

Outro fato que aqui, com toda a sinceridade, V.Sa. não está tendo o mesmo peso. Sem entrar no mérito, quando o Gabrielli pergunta sobre a questão da empresa de comunicação, V.Sa. já coloca isso como um precedente para colocar em dúvida a honestidade do Gabrielli.

Mas V.Sa. considera normal que a empresa, V.Sa., já tendo uma relação afetiva com o Maurício Luz, essa empresa seja contratada sem licitação para prestar serviço, inclusive na área em que V.Sa. atuava? E acha isso normal, não acha que isso seja um parâmetro mínimo para desconfiança?



Mas isso é apenas um comentário, eu queria ver uma coisa aqui. No processo da Comissão Interna da PETROBRAS, tem aqui o que seria — por isso eu estou usando a expressão “que seria”, porque vou perguntar a V.Sa. —, um e-mail que V.Sa. teria enviado ao Sr. Paulo Roberto Costa em 16 de janeiro de 2009.

Nele, o conteúdo é o seguinte:

“Nos últimos tempos, tenho vivido momentos difíceis... Diariamente me deparo com situações que geram um grande conflito de valores, não vou entrar em detalhes, porque sei que você sabe do que estou falando. No entanto, tem sido difícil entrarmos num acordo (...).”

Eu já deixo a pergunta: que acordo era esse?

“(...) quando me deparei com a possibilidade de ter que fazer coisas que, supostamente, iriam contra as normas e procedimentos da empresa; quando me deparei com a possibilidade de ter que fazer coisas que supostamente iriam contra as normas e procedimentos da empresa, contra o código de ética e contra o modelo de gestão que implantamos, não consegui criatividade para isso. Foi a primeira vez que não consegui ser convencida a fazer. Não consegui aceitar a forma. — Quer dizer, havia outra forma para ser feito? — No meio do diálogo caloroso e tenso ouvi palavras como ‘covarde’, ‘pular fora do barco’ e ‘querer me pressionar’. Confesso que eu esperava mais apoio e um pouco mais de diálogo. Durante o período que trabalhei no abastecimento, eu cresci e entendo perfeitamente o contexto político do nosso negócio. — O que quer dizer essa expressão ‘nosso negócio’? — Naquele momento em que expus meu ponto de vista eu queria dizer que aquela forma poderia nos colocar numa situação de risco e numa exposição desnecessária.”



Então, eu aqui pergunto: o que seria “entrarmos num acordo”? O que quer dizer a expressão “nosso negócio”? O que quer dizer “do ponto de vista”? Ou “aquela forma”? Não dá para explicar — há até o juramento de falar a verdade — o que quer dizer estes termos cifrados: “de acordo”, “nosso negócio”, “não vou entrar em detalhes porque V.Sa. sabe do que eu estou falando”, “isso poderia colocar em risco”. Quer dizer, o que assustou foi o risco que se ia correr? Havia outra forma? Dá para explicar esse contexto? Em primeiro momento, é verdade que V.Sa. é autora desse *e-mail* ao Paulo Roberto, porque também, se não for, isso está fora do contexto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Relator, antes de passar a palavra para a Sra. Venina, V.Exa. poderia incorporar na sua pergunta uma que não foi respondida sobre o Sr. Jorge Luz?

Eu até perguntei para a senhora, mas a senhora acabou não respondendo, se a senhora o conhece. Poderia responder, por favor?

Obrigado.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Vou primeiro responder, falar sobre o *e-mail*, porque eu estou com os termos na minha cabeça. Esse *e-mail* foi escrito em janeiro de 2009.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso. Em 16 de janeiro de 2009.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foi o final do processo de conclusão e investigação da área de comunicação, que aconteceu em abril de 2009. Quando a Comissão fechou o relatório, o procedimento que eu entendi ser o normal era enviar o relatório para a auditoria para daí a auditoria aprofundar naquilo que foi definido e daí tomar as ações necessárias. Só que, quando eu falei que iria mandar esse relatório para a auditoria, me foi solicitado que eu fizesse uma consulta ao jurídico para verificar para onde teria que mandar esse relatório. Aí veio o conflito. Aí veio uma questão que não era praxe na PETROBRAS. Eu fiz a consulta, a gerência executiva — tudo isso por escrito, lógico — entendeu que eu deveria mandar o relatório para a área de comunicação institucional, que é a gerência executiva maior da PETROBRAS. Eu não fiquei satisfeita com aquilo. Cumpri a ordem, mandei, mas eu aproveitei um *e-mail* que me foi passado pela auditoria para responder algum assunto e encaminhei toda a documentação referente ao processo da área de



comunicação. Então, isso que está escrito aí — normas, código de ética, modelo — é o seguinte: não é a governança que foi estabelecida. Quando eu falo “nosso negócio”, o nosso negócio é o abastecimento. Nós temos que seguir essa governança da PETROBRAS. Aquela forma é a gente querer “by-passar” a auditoria, porque, quando chega à auditoria, ela necessariamente tem que reportar ao CA, ao Conselho de Administração. Eu achava que o assunto era sério e que merecia ser levado para a auditoria. E assim eu fiz. Em relação à questão do Jorge Luz e do Maurício Luz...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A expressão “nosso negócio” é o abastecimento?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É, com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, no “nosso negócio” abastecimento conduzido pelo Paulo Roberto Costa, podemos dizer que tem de tudo, menos conduta ética, tanto é que V.Sa. usa aqui um termo: *“Naquele momento em que expus meu ponto de vista, eu queria dizer que aquela forma poderia nos colocar numa situação de risco.”* Então, V.Sa. estava alertando o Paulo Roberto de que daquele jeito ia dar errado?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu estava alertando que, se eu não encaminhasse aquele relatório — onde tinha problemas graves, que envolviam não só a Diretoria de Abastecimento — para a auditoria, que era o normal de fazer, nós poderíamos ser contestados depois. Por quê? Porque da auditoria é que iam decorrer as ações referentes àquele processo. Foi isso o que aconteceu. Agora...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas por que é que nesse *e-mail* aqui, já que esse assunto envolvendo a área da comunicação teve a sindicância, tem o nome da pessoa que V.Sa. achava que deveria ter sido demitido, e, nessa questão cifrada, não se vai direito ao assunto? Olhe: *“Aquele inquérito eu entendo que tem que ir para lá. Tem que demitir um funcionário. Eu não vou arredar pé dessa posição.”* Isso aqui fica muito cifrado, dá margem a várias interpretações.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Dá margem a várias interpretações principalmente quando não se analisa dentro de um contexto. Houve uma reunião, teve uma discussão anterior, onde tudo foi pontuado, não houve um consenso em relação à forma de fazer e acabou que isso depois foi mais para fazer



um registro do que outra coisa. E eu acho que, pelo menos, foi isso o que aconteceu e é isso o que eu tenho para falar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Essa reunião tem ata, D. Venina?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Normalmente, as reuniões, os despachos que a gente faz com o diretor normais não têm ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A senhora não respondeu àquela provocação do Deputado em relação ao salário — aqui, olhe, na frente, Sra. Venina —, em relação ao salário da senhora.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, mas eu vou responder. Não, não é provocação. Na verdade, nenhuma empresa paga a mais do que deveria para um empregado sair. A PETROBRAS, ela paga esse montante de 160 mil, ela paga colégio, paga aluguel — e aluguel em Singapura é muito caro —, paga o plano de saúde. E, quando você ocupa a gerência do escritório, você tem direito a um carro. Fora isso, esse dinheiro não é um dinheiro que você consegue... Não é seu. É o dinheiro para essas despesas. Fora isso, ela dá uma ajuda de custo lá fora para as suas despesas. É isso que ela faz. Agora, eu, por muito mais do que isso, não gostaria de ir naquela época para Singapura. Eu tenho duas filhas, eu era divorciada. As minhas filhas, com idade muito nova, 7 e 9 anos, foram afastadas da família, foram afastadas do pai. Eu tive muitos problemas por causa disso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A senhora pediu para ir a Singapura?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não pedi para ir a Singapura.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria de saber quanto é o total que a senhora recebia em dólar por mês em Singapura. O total, entre salário, ajuda de custo e despesas totais. Quanto a senhora recebia no total?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A minha ajuda de custo lá era de 12.500. Aí eu teria que ver quanto, porque o aluguel a empresa pagava, a escola a empresa pagava.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, o total que a senhora recebia?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Agora, o que eu recebia, meu, eram 12.500 dólares. Em Singapura, é dólar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Paulo Pimenta, o Relator está com a palavra.

Mais alguma pergunta, Deputado Luiz Sérgio? *(Pausa.)* Não.

Dando sequência, com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só a pergunta que ela ia responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Há mais alguma resposta a fazer, algum esclarecimento?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, sim.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Tenho sim. A questão do Jorge Luz.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Do Jorge Luz.

(Não identificado) - Só gostaria de ver a lista.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Tenho sim. A questão do Jorge Luz com o Maurício Bittencourt Luz. Não existe nenhuma relação de parentesco, societária, negócio nenhum. A questão de ele ter trabalhado na Braskem durante 3 semanas, ele trabalhou na Braskem durante 3 semanas, o escritório não tinha nenhuma relação comercial com a Braskem, mas a minha discordância em relação a isso fez com que ele trabalhasse menos de 1 mês e retornasse ao Brasil.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a senhora conhece o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. não está com a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só um instantinho. Só perguntei se ela conhece o Sr. Jorge Luz.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu conheço pela mídia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Conhece?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Pela mídia, vi.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não pela mídia. Eles são conhecidos, ele e o Maurício?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Os próximos Deputados inscritos são o Deputado Leo de Brito...



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não são. Eu não conheço o Jorge Luz. Não tenho relação, nunca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Leo de Brito, em seguida o Deputado Carlos Andrade, o Deputado Delegado Waldir, o Deputado Augusto Coutinho, o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele é um lobista dinossauro da PETROBRAS, o Sr. Jorge Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Posso me reinscrever, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no depoimento da Sra. Maria das Graças Foster, ela diz o seguinte:

“Então eu disse: ‘Venina, nós vamos fazer mudanças nas metodologias, nós vamos fazer melhorias’. Só não disse como nem o que. E depois disso, quando eu era já Presidente, a Venina quis ser a Gerente-Geral, Gerente-Executiva de Singapura. Ela pediu ao Cosenza para ser. E foi ser a Gerente-Geral, a líder, lá em Singapura, com um salário global, na época, de 167 mil reais por mês. Então, ela teve o cargo que pediu para ter, e foi ser uma pessoa, uma técnica bastante bem remunerada. Eu não sei como que a Venina tinha informações durante tanto tempo e não as passou para a Presidente da PETROBRAS, para mim, e só decidiu fazê-lo depois que teve a Comissão Interna de Apuração. A Venina é uma das pessoas mais competentes que eu conheço, mais dedicadas que eu conheço. E esse fato também não combina com a Venina: de ela ter informações e não ter passado, já em 2008, ou 2007, 2006, 2005.”

O que V.Sa. tem a dizer a respeito dessa declaração da Maria das Graças Foster?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olha, eu passei... primeiro, eu sou subordinada... eu era subordinada a um diretor, que faz parte de uma diretoria. Então, o processo normal numa empresa, quando você tem algum problema, alguma discordância ou qualquer coisa, você passa para o diretor. Quando você tem que elaborar um documento que vai para a diretoria, você coloca essas informações para a diretoria. Isso foi feito de forma sistemática, não foi na época que teve a questão da minha saída de Singapura. Eu tenho vários documentos, notas, *e-mails*, documentos internos da PETROBRAS, onde isso fica registrado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas esse salário era realmente de R\$ 167 mil por mês, o do exílio?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que eu estou falando é o seguinte. Eu recebia lá, de salário, para as minhas despesas — minhas e das minhas filhas — 12.500 Singapura dólar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Como?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Cento e sessenta e sete mil reais. É isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, 12.500 Singapura dólar hoje é talvez 20 mil, 25 mil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tem que fazer o câmbio.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Tem que fazer o câmbio. Eu não sei exatamente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Agora, eu acho que não dá 160 mil, porque aí seria um valor altíssimo.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O resto do que eu recebia ficava para... eles pagavam o aluguel, eles pagavam a escola, pagavam o plano de saúde. Esse salário não era meu, esse valor não era meu.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Bem, então a Dra. Graça não disse a verdade. É isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Talvez ela não tenha explicado com detalhe.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Por que a senhora não passou todas essas informações quando o Paulo Roberto Costa foi preso pela primeira vez?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu estava em Singapura. Quando ele foi preso, foi em... foi no início de 2014? É isso? Eu fui saber, eu fui ter acesso ao documento do que ele estava denunciando foi bem depois. Foi já no segundo semestre, acho, que isso foi divulgado, praticamente muito próximo de quando eu vim.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E quanto às ameaças? Por que V.Sa. não prestou queixa na delegacia e só veio a falar sobre as ameaças depois que perdeu a função?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não vim a falar sobre as ameaças só depois que eu perdi a função, não. Eu falei antes. E vou te falar uma coisa: o medo de morrer e de não estar aqui para cuidar das minhas filhas era muito maior do que qualquer coisa. O que eu percebi, fazendo as denúncias, é que cada denúncia que eu fazia piorava a relação dos diretores ou dos gerentes comigo. Em nenhum momento, alguém chegou para falar assim: *“Que bom que você denunciou! Vamos melhorar esse processo”*. Pelo contrário, foi esvaziando a minha gerência-executiva, foi me expondo na frente do corpo de empregados, foi me exilando, sim, porque, por dinheiro nenhum, eu tiraria as minhas filhas do Brasil naquele momento. Então, foi por isso que eu não fiz nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Leo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Leo de Brito.

Com a palavra o Deputado Carlos Andrade, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, muito obrigado. É um prazer estar com V.Exa. nesta tarde.

Sra. Venina, eu teria algumas perguntas. Se a senhora pudesse anotá-las... O Presidente é meio rigoroso nesse tempo que ele administra. E ele está muito hoje! Eu teria só umas quatro perguntas diretamente à senhora.



A senhora trabalhou diretamente com o Diretor Paulo Roberto Costa, um dos principais envolvidos no esquema de corrupção da PETROBRAS. Isso é uma afirmação, perfeito? *(Pausa.)*

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A senhora não tinha conhecimento do cartel das empreiteiras?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não, não tinha. Tive através do Fernando de Castro Sá, do ex-Gerente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Mas a senhora trabalhava diretamente com Paulo Roberto Costa?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Trabalhava.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O.k.

A segunda pergunta é: a senhora se sentiu, em algum momento, prejudicada ou excluída do contexto da roubalheira implantada em aditamentos bilionários na Refinaria de Abreu e Lima?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu nem sabia que a roubalheira existia, não poderia nunca me sentir excluída.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Qual é o real motivo que... A senhora tem quanto tempo de empresa?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Vinte e cinco anos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Qual o real motivo que levou V.Sa. a denunciar o esquema de corrupção na Refinaria Abreu e Lima?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Foram os... isso fez parte do processo de gestão, do acompanhamento que era minha função fazer. Eu fiz isso desde quando começou o processo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu observei que a senhora falou todo o tempo em governança da PETROBRAS, mas a gente percebe que não existia uma governança.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sinto muito, Deputado, eu vou discordar. Existia uma governança, sim, só que, quando chegava no topo, a decisão que era tomada talvez não fosse a melhor decisão. Os processos passavam...



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Dona Venina, são bilionários, são valores bilionários.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu também concordo, mas os processos passam...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Uma pessoa só não consegue fazer isso, Dona Venina.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu concordo, mas os... veja bem, se sua empregada chega para você e fala: *“Olha, o quilo de arroz está mais caro cem reais.”* E você fala para ela: *“Compra o quilo de arroz por cem, eu quero.”* Ela vai comprar. Isso não significa que ela não tenha feito a pesquisa, que ela não tenha chegado com... ela não te avisou que ela não...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Perdoe-me, mas nós estamos falando de bilhões de dólares.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sei que é de bilhões, mas o problema... assim, a empresa é uma empresa grande, complexa e fragmentada.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu vou ter o prazer de ouvi-la, mas deixa eu só fazer mais duas perguntas porque é o meu tempo ali, e, como eu lhe falei, o nosso Presidente é muito rigoroso. Não sei o que aconteceu com ele neste final de semana. *(Risos.)* Eu acredito que ele não foi muito bem tratado na Bahia. O Presidente do Conselho...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso não. Desculpe-me, Deputado, tive que interromper V.Exa. pela amizade que temos. O Presidente é muito bem tratado na Bahia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Aconteceu alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não aconteceu nada não, Deputado. Tenho sido aqui tolerante ao extremo até.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então me conceda mais alguns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem a palavra e terá 1 minutinho a mais.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Veja bem, Sra. Venina, o Conselho de Administração, a senhora acredita que o Conselho de Administração, a



peessoa número um da governança, do Conselho de Administração da PETROBRAS, ela desconhecia esse esquema de corrupção bilionário na PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não posso responder essa pergunta. Eu não tinha... eu não fazia...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Mas tinha uma governança! a senhora acabou de afirmar isso.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu falei que tinha governança, mas eu não fazia parte das reuniões do Conselho, eu não participava do processo decisório. Eu não tenho como afirmar isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Porque se tinha uma governança, tinha um controle, tinha uma... O ex-Presidente Lula desconhecia o esquema de corrupção da PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Também não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Só mais uma pergunta. A senhora falou agora há pouco, que eu havia perguntado, até fiz uma interferência na palavra do Relator. Perguntei à senhora: a senhora solicitou a transferência para Singapura?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A senhora está sob juramento.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu sei.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Porque ainda agora o Deputado Leo de Brito fez um relato de que houve uma...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não solicitei.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Seriam essas as perguntas.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Carlos Andrade.

Passo a palavra ao Delegado Waldir pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, nobre advogado, Sra. Venina Fonseca, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, o primeiro ato meu neste momento: gostaria de repudiar a conduta de alguns colegas que fizeram com que nós tivéssemos algumas audiências desnecessárias aqui, para tentar desqualificar o trabalho da Polícia Federal. Trouxeram delegados, agentes,



para denegrir a imagem da Polícia Federal. Errado, não é? Estão vendo o que está acontecendo.

E também eu vi alguns colegas tentando denegrir não apenas a imagem da senhora, mas de outras testemunhas que já estiveram aqui, como se isso escondesse a condenação que hoje o Vaccari sofreu, que Barusco sofreu, essa dezena de bandidos que estão nas cadeias lá em Curitiba, Sr. Presidente.

Então o meu primeiro momento é de protesto e de repúdio a essa conduta de alguns colegas.

Em relação às perguntas, como o tempo também é muito pequeno, vou tentar fazer rapidamente. Depois, se a senhora puder anotar, eu volto, já que as perguntas já vão estar lançadas no rol de perguntas, eu acredito que o Presidente não vai poder indeferi-las mais.

Sra. Venina, nós sabemos que existe a indicação política. Eu queria saber se a senhora foi indicada politicamente para o cargo que a senhora ocupava. Eu queria saber também se o Paulo Roberto se dizia amigo de Lula, se ele era conhecido... Depois a senhora responde, porque o meu tempo é muito curto. Qual era a indicação de Duque, Sergio Gabrielli, Graça Foster?

Eu queria saber, nesta questão que o pessoal falou de a senhora ter ido para Singapura: isso foi uma tentativa de fazer um “cala-boca” na senhora, para que a senhora calasse a boca para não denunciar a corrupção que existia na PETROBRAS?

E eu vi a entrevista da senhora no *Fantástico*, muito presente, eu queria que a senhora confirmasse se pessoalmente a senhora falou com a Sra. Graça Foster e com o Sr. Gabrielli da corrupção. Eu vi a matéria, vi o posicionamento da senhora, e queria que a senhora confirmasse nesta CPI esta situação aqui.

Naquela ação com o Paulo Roberto Cunha, naquele momento em que estavam a senhora e o Paulo Roberto, quando ele lhe falou “*Olha ali. A senhora quer derrubar o Lula? Quer derrubar o Gabrielli?*”, havia mais testemunhas?

Eu queria saber se o jurídico e a auditoria da PETROBRAS estavam sendo utilizados para tentar abafar as questões de corrupção, se as decisões eram realizadas para tentar impedir ou justificar as questões de corrupção que eram acobertadas pela presidência da PETROBRAS e pelos diretores.



E, para finalizar, considerando que eu já estou sentindo aqui a pressão do Presidente, o bafo aqui, vamos lá. A senhora acompanhou todos esses casos de corrupção aí, há prisões. Existe alguém que a senhora acha que participou desse processo que não foi preso ainda, que neste momento não está dormindo, está sendo torturado psicologicamente, aguardando os próximos passos, e que possa ser preso? Porque foi criada uma organização criminosa, mas eu não vi o líder dessa organização criminosa preso ainda — vi alguns braços, mas não vi o líder. Então, eu gostaria que a senhora me respondesse essas perguntas. Acho que foram formuladas dentro do meu tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não tive nenhuma indicação política, que é a primeira pergunta. Foi um “cala-boca”, sim, Singapura. Quando eu cheguei em Singapura, eu tentei trabalhar no escritório como uma técnica, num trabalho financeiro, e o que foi me dito pela gerente do escritório é que não era para eu trabalhar, que era para eu me afastar das atividades do escritório e que era para eu fazer o curso que eu havia ido fazer.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então, a senhora não foi como gerente da unidade de Singapura, é isso?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Da primeira vez, não. Eu falei pessoalmente com a Graça sobre irregularidades. Corrupção não era um assunto que naquela época vinha à nossa... Era um assunto que...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quais irregularidades?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu falei das irregularidades na área de comunicação e também na questão de como é que estavam sendo conduzidos os projetos da refinaria do Nordeste. A frase que o Diretor Paulo falou, quando eu falei sobre o problema da área de comunicação, estávamos eu e ele na sala. E, em relação ao jurídico e à auditoria, o que eu posso dizer é que foi feita uma solicitação formal da minha área para que advogados do jurídico e do abastecimento participassem das licitações. Essa solicitação foi negada, e foi dito que quem conduziria os processos do jurídico seria o jurídico da engenharia. A auditoria, no tempo que eu estive lá, eu não me recordo de nenhuma auditoria, que ela tenha feito nenhuma auditoria, apesar dos problemas que eram levantados nas reuniões.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Existe alguém que não foi preso ainda?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A senhora não respondeu para mim se a senhora sabe das indicações políticas do Duque, do Sérgio Gabrielli e da Graça Foster.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - A Graça... Dilma.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Graça, Dilma, não é?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Pelo menos eu vou falar o que se comenta dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo, tranquilo. É isso que me interessa saber.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que se comenta é que o Duque é o que está preso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - José Dirceu?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - José Dirceu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E o Sergio Gabrielli?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - E o Gabrielli, Lula.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Excelente.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Esses são comentários dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A voz do povo é sábia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir.

Passo a palavra para o Deputado Paulo Pimenta, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais o tempo da Liderança junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. deseja usar o tempo da Liderança do PT? V.Exa. então tem o tempo acrescido em 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. vai utilizar inicialmente o tempo da Liderança, Deputado Paulo Pimenta?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem que separar, porque 3 minutos são para questionamentos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não vou fazer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ah, não vai fazer pergunta? O.k.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, fazer aqui uma manifestação em resposta à entrevista coletiva concedida ontem pelo Procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima, um dos responsáveis pela investigação da Lava-Jato.

E eu confesso a V.Exa. que fiquei perplexo com o que eu assisti. Entre outras frases, o ilustre Procurador disse: *“O que queremos mostrar é que não estamos investigando a PETROBRAS. Nós nem começamos a investigação por ela.”* Estamos desvelando a compra de apoio político partidário pelo Governo Federal por meio de propina institucionalizada nos órgãos públicos. Se não reconhecerem isso, vai ser um problema. Quando falamos que estamos investigando um esquema de compra de apoio político para o Governo Federal através de corrupção, estamos dizendo que os casos mensalão, petrolão e Eletronuclear são todos conexos, porque dentro deles está a mesma organização criminosa e as pessoas ligadas aos partidos políticos. Não tenho dúvida nenhuma de que todos ligados à Casa Civil do Governo Lula, tudo foi originado dentro da Casa Civil.

Ora, Sr. Presidente, é evidente que nós estamos assistindo a uma mudança de narrativa por parte do Ministério Público Federal daquilo que desde o início se constituiu na investigação sobre a PETROBRAS.

Lembrem os senhores e as senhoras que no início o Ministério Público Federal dizia que estava investigando um clube, um cartel de empresas que se associaram para obter vantagens em licitações dentro da PETROBRAS, e contavam para isso com a participação de servidores, de funcionários da PETROBRAS, que recebiam parte desse esquema criminoso, e que, para se manterem nos cargos,



buscavam apoio político em partidos do Governo e da Oposição. Esta era a denúncia inicial.

No momento em que o Dr. Teori Zavascki, Relator no STF, manifesta uma opinião diferente da do Procurador e em que entende o Dr. Teori que não é o Dr. Sérgio Moro o único juiz competente no Brasil para investigar casos de corrupção, e, que, portanto, é preciso que este processo seja fatiado, ou seja, a cada caso de corrupção novo investigado, também outros juízes participarão da investigação, nós assistimos a essa manifestação do Ministério Público Federal.

O mais grave, Sr. Presidente, é que o lúcido Procurador também afirmou que, mesmo sem ter provas, há uma condução da investigação nessa direção.

É evidente, Sr. Presidente, que no dia de ontem o Procurador revela a disposição de conduzir uma investigação que tem um objetivo: criminalizar o Partido dos Trabalhadores, o Governo Federal e o Ex-Presidente Lula.

Eu acho, Sr. Presidente, que essa manifestação é reveladora de várias coisas, e primeiro aquilo de que nós já suspeitávamos: nós estamos diante de um caso *sui generis*. Há uma força-tarefa composta pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e acompanhada por um juiz — um grupo que numa mesma sala investiga, denuncia e julga.

Nós nunca assistimos, Sr. Presidente, a nada parecido no Brasil. Há uma flagrante violação de qualquer pressuposto básico do Estado de Direito na condução dessa investigação. Mas mais do que isso, o que fica explícito com a manifestação do Sr. Carlos Fernando dos Santos Lima é que todas as denúncias, todas as delações que não dizem respeito à sua tese ou à sua vontade, não interessam ao Ministério Público Federal.

É por isso, ilustre Relator, que, a partir dessa entrevista, entendemos muita coisa. Por que não há a mesma disposição, por exemplo, para investigar delações premiadas ou denúncias que envolvem líderes da Oposição? Quantas vezes nós já ouvimos falar que o PSDB recebeu 10 milhões de reais para não deixar prosperar a CPI da PETROBRAS? Quantos relatos nós já ouvimos de delações premiadas que envolveram o nome de Aécio Neves e de tantos outros líderes do PSDB? Mas isso não interessa! Isso não interessa por quê? Porque o objetivo do Ministério Público



Federal, expresso ontem numa entrevista coletiva, está claro. “*Nós queremos criminalizar o PT, o Governo Federal e o ex-Presidente Lula*”.

Ora, Sr. Presidente, isso é uma maneira absolutamente seletiva de condução de um processo que deveria estar pautado na isenção, na sobriedade. Nós estamos investigando algo muito grave. Nós estamos investigando um esquema de corrupção que envolve a maior empresa do Brasil, com um conjunto de tentáculos.

E vai mais longe, vai mais longe o Dr. Sérgio Moro quando deu ontem uma declaração dizendo que as irregularidades da PETROBRAS estariam fragilizando a democracia no Brasil.

Ora, Sr. Presidente, será que nós realmente acreditamos que algumas dessas empresas que participaram ao longo das últimas décadas de um conjunto de obras e licitações não só do Governo Federal, na PETROBRAS, mas do Governo do Estado de São Paulo, governado pelo PSDB; do Governo do Paraná, governado pelo PSDB; do Governo de Minas Gerais, durante tanto tempo governado pelo PSDB, as mesmas empresas contribuíram para o PT, para as campanhas de petistas e de aliados do nosso Governo no último período, porque eram obrigadas para manter seus contratos na PETROBRAS? E que algumas dessas empresas, como a UTC, contribuíram mais ainda, contribuíram mais com o Aécio do que com a Dilma — e várias delas com polpudas contribuições, ao longo de décadas, para os partidos políticos que governavam esses Estados? Sobre essas contribuições não paira qualquer tipo de dúvida, não paira qualquer tipo de presunção de que pudessem também estar repetindo nesses procedimentos a mesma prática que o Ministério Público Federal imputa como criminosa?

Será que nós estamos, Sr. Presidente, diante de uma investigação que tem por objetivo de fato conduzir esse procedimento como a sociedade brasileira espera? Eu estou convencido de que não.

Portanto, Sr. Presidente, eu estou aqui denunciando que nessa entrevista coletiva, infelizmente, um integrante do Ministério Público Federal revela algo de que nós já suspeitávamos, mas não queríamos acreditar. Há uma intenção *a priori*, e o processo de investigação não pode, Sr. Presidente, partir de uma intenção. “*Nós queremos chegar a Fulano ou a Sicrano*”.



É isso que orienta a nossa conduta e o nosso procedimento, porque isso afronta, Sr. Presidente. Não é por opiniões pessoas do Procurador, do Juiz ou do Ministro do STF Gilmar Mendes que o processo de criminalização de um partido político pode ser conduzido da maneira como ele está sendo conduzido. E nós precisamos denunciar isso. E são inúmeros os juristas, os operadores de Direito que hoje assistem, perplexos, Sr. Presidente, à maneira como esse processo está sendo conduzido, e que ontem foi revelado de maneira inequívoca pelo Procurador.

Mais do que isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós temos absoluta disposição e interesse em fazer com que essas investigações sejam conduzidas até o final, mas não aceitamos, em nenhum momento — e não vamos nos cansar de denunciar —, a maneira seletiva, a maneira parcial como esse processo está sendo conduzido. É um processo que, evidentemente, busca criar no País uma situação político-partidária. E a cada dia isso fica mais claro. E repito aqui: foi o Gilmar Mendes, na semana passada; foi o Moro, ontem; é o Procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, cada vez mais, transformando a peça acusatória numa ferramenta de disputa político-partidária no nosso País.

E nós precisamos, diariamente, trazer à sociedade brasileira essas informações, porque, se isso não for feito, nós aceitaremos como algo natural, como algo aceitável que esses procedimentos continuem ocorrendo, afrontando direitos e criando no País um processo absolutamente inaceitável de condução dessa investigação.

Eu quero concluir dizendo que, do nosso ponto de vista, o Dr. Sérgio Moro não é o único magistrado honesto e competente para investigar todas as frentes de corrupção no País. A decisão do Ministro Teori Zavascki é uma decisão correta. Não se admite a violação do princípio do juiz natural, em desrespeito ao Estado de Direito, proposta pelo Procurador, quando se insurge contra o posicionamento de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. É isso que nós queremos deixar aqui registrado.

Queremos, mais uma vez, denunciar esse processo de aparelhamento da estrutura investigatória da Lava-Jato com claro interesse político-partidário de criminalização do Partido dos Trabalhadores, do Governo Federal e do ex-Presidente Lula, Sr. Presidente.



Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Paulo Pimenta e passo a palavra ao último membro inscrito, o Deputado Altineu Côrtes, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu quero usar o tempo da Liderança do PR, antes dos 3 minutos, por favor. Como eu não quero extrapolar o tempo, já que V.Exa. está sendo muito rigoroso... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu vou começar com o tempo de Líder para dizer que, pelos contratos que nós recebemos, a partir dos nossos requerimentos — e eu tenho estudado isso —, e como nós não vamos ter muito tempo pela frente para investigar detalhadamente todos os contratos, eu vou trazer para a Comissão alguns exemplos daquilo em que eu acho que a Comissão deveria avançar, algumas contratações da PETROBRAS que ainda não apareceram na Operação Lava-Jato.

No meu modo de entender, a nossa CPI é uma CPI para investigar a PETROBRAS. Não é uma CPI para investigar o que a Lava-Jato já achou, porque não sabemos o que a Operação Lava-Jato ainda vai achar. Quer dizer, existem diversos contratos que ainda não foram alcançados pela Lava-Jato e que possivelmente o serão. Nós não sabemos disso!

Outra preocupação minha é que, com a entrada do Presidente Bendine, é óbvio que ele tem a intenção — eu acho que isso é óbvio; na minha opinião é óbvio — de mudar as pessoas. Em uma empresa complexa como a PETROBRAS, para você trocar figuras, gerentes de compras, gerentes técnicos, que deem pareceres técnicos, pessoas que montam processos, pessoas que montam custos, que estão ali há muitos anos juntas... Às vezes você tira uma pessoa... Obviamente, eu tenho certeza de que muitas pessoas na PETROBRAS não apareceram na Operação Lava-Jato, mas faziam parte da montagem desses processos. E se você não troca aquela pessoa, aquela estrutura continua. E eu vejo isso acontecendo hoje na PETROBRAS. Muitos nomes não foram trocados, e essas pessoas obviamente fizeram parte da construção do custo daqueles projetos.



D. Venina citou aqui uma coisa muito interessante: que existiam processos na PETROBRAS em que a empresa cotava o mesmo preço que o custo que a PETROBRAS havia estimado. Como é que pode isso? Isso é mais do que ganhar na Mega-Sena. O cara colocava lá R\$1.822.425,72. Que número é esse? É o número que está lá naquele processo da PETROBRAS, que ninguém teoricamente deveria saber. Quer dizer, a cara de pau era tão grande que as coisas foram se fazendo ali de uma forma até descuidada por quem estava fraudando. Nem cuidar da fraude eles estavam cuidando.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós temos que avançar na CPI em situações que ainda não foram alcançadas. E, já que nós não vamos ter tempo para fazer oitivas possivelmente com todas as pessoas que essas situações podem apontar, nós devemos trazer para cá, pelo menos para nós apontarmos, alguns problemas.

Por exemplo, eu vou trazer para cá nesta semana, mas já está à disposição da CPI, o contrato de fretamento de aeronaves. A PETROBRAS tem hoje, talvez — e vou chutar aqui —, cerca de 20 bilhões de reais em contratos de locação de helicópteros. Grande parte desses contratos é feita em dólar. O dólar subiu neste ano, se não me engano, 50%, 60% — em 1 ano. E os custos dessas empresas também subiram? Esses contratos estão benfeitos? Quatro ou cinco empresas dividem isso a 20, 40, 50 anos. Como é que isso funciona? A Lava-Jato está investigando? Eu não sei. Nós não temos acesso às investigações da Lava-Jato. O Ministério Público trabalha sob sigilo, e é claro que tem que trabalhar.

Então, nós temos que apontar aqui esses problemas. Esses problemas têm que ser investigados. Agora, pode não haver corrupção? Pode não haver corrupção. Mas se nós temos a sensibilidade de ver o que nos chama a atenção, nós temos que colocar aqui nesta Comissão.

Estou dando o exemplo do contrato de fretamento de helicóptero, porque isso me chamou muito a atenção, pois grande parte desses contratos é feita em dólar. Eu fico imaginando: se, de 60 dias ou 90 dias para cá, o dólar subiu de R\$3,00 para R\$4,50, por que essas empresas estão levando esse reajuste? Será que a PETROBRAS não poderia ter adquirido esses equipamentos, esses helicópteros, e ter uma frota própria? Quanto é que ela teria gasto? Quanto é que ela gastou nos



últimos 15 anos em fretamento de helicópteros? Estamos fazendo um ajuste fiscal, e existe uma proposta do Governo para cobrar CPMF para arrecadar 32 bilhões de reais. Quanto a PETROBRAS, possivelmente, só num assunto como esse, não jogou fora para fretar helicópteros?

Sr. Presidente, V.Exa. veja que eu o defendi, porque o Deputado falou que V.Exa. não foi bem tratado na Bahia. Jamais! V.Exa. é superbem tratado na Bahia. Disso eu tenho certeza absoluta. Portanto, eu vou encerrar quando zerar o cronômetro ali, e nós vamos começar os 3 minutos, porque eu não posso deixar de dizer que V.Exa. é rigoroso. Eu já estou entregando... Já acabou. Agora vamos começar os 3 minutos.

Eu quero fazer uma pergunta Sra. Venina, porque coloquei aqui que a senhora, às vezes, responde com os olhos, com o olhar, e a senhora falou que ia colocar óculos escuros. Por quê? A senhora ficou preocupada?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Brincadeira.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Brincadeira? É, eu sei, porque eu vejo que a senhora está respondendo as perguntas.

A senhora citou, por exemplo, o Raimundo Pereira. Qual era a relação dele com o Paulo Roberto Costa? Sei que era profissional, mas eles se davam bem?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Olhe, tinham uma relação normal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Uma relação de colegas de trabalho.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não tinham uma relação ruim nem... Tinha uma relação de colegas de trabalho.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - É.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele era o responsável pelo contrato de nafta com a Braskem.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Estava dentro da Gerência Executiva dele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Que outros contratos a senhora citaria, dentro da Gerência Executiva dele, que seriam contratos assim que a senhora considera contratos importantes?



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Todos os contratos de derivados de petróleo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele comprava a nafta?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Ele comprava a nafta.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então ele era responsável pela compra da nafta e depois era o responsável pelo contrato de venda da nafta.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Para eu ter informação desse contrato de compra da nafta, onde eu posso pedir isso à PETROBRAS, o contrato de aquisição de nafta da PETROBRAS?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Na Abastecimento, a AB-MC — Gerência Executiva da AB-MC.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Gerência Executiva de Abastecimento.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - De Abastecimento, Marketing e Comercialização. A sigla é AB, de abastecimento, traço, MC.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, eu peço a informação à PETROBRAS assim: cópia dos contratos de compra de nafta feitos pela Gerência de Abastecimento.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eles lá também têm a cópia do contrato de venda da nafta para a Braskem?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então a senhora me diz que o Paulo Roberto Costa... Maluco ele não é, porque, para ele montar um esquema desses, para ele participar de um negócio desse tamanho, maluco ele não é. Ele pode estar arrependido. Para dizer aqui que recebeu 5 milhões de dólares de caixinha ele também não é maluco. Ninguém vai dizer que recebeu dinheiro de corrupção à toa. Então, partindo desse princípio de que essa propina existiu — ele próprio disse que recebeu —, se o Raimundo Pereira sabia de tudo em relação à nafta, se ele comprava a nafta e vendia mais barato, nesse caso, ele sabia de tudo.



A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu não posso afirmar isso, porque o processo de negociação é complexo. A compra lá fora tem marcadores. São processos rastreáveis. Eu acho que o melhor seria analisar esses contratos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Analisar, pegar os preços de compra e os preços de...

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está bem, Sra. Venina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Não há mais nenhum membro inscrito, nenhum Deputado inscrito.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu sou membro ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. não se inscreveu.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu me inscrevi aí na mesa com V.Exa. Pedi a oportunidade de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não há nenhuma inscrição aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só fui aí conversar com V.Exa., dizendo que queria fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então V.Exa. terá a palavra. Depois, ouviremos a observação do Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu estou na CPI dos Fundos de Pensão, mas ainda faço parte desta, com muita honra.

Não pude acompanhar, Dra. Venina, todo o depoimento, porque presido a CPI dos Fundos de Pensão. Estávamos em audiência hoje, ouvindo o Dr. Gerson Almada, da Engevix. A reunião acabou há pouco.

O que me traz aqui é uma pergunta... É natural que a senhora seja também beneficiária da PETROS. Como é da PETROBRAS, deveria também aportar recursos para a previdência na PETROS. Confirma?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Correto.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Essa não é a pergunta principal, mas há alguma relação dessas pessoas, desses atos de corrupção ou ilícitos com a PETROS ou a previdência privada? A senhora tem conhecimento de algum fato nesse sentido?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito.

A pergunta é a seguinte. Eu não estive presente, mas falei com a assessoria. Disseram-me que não foi abordado o tema do seu depoimento ao Juiz Sérgio Moro, no qual a senhora afirma que o Conselho da PETROBRAS sabia da inviabilidade da refinaria. E essa é a pergunta que eu quero fazer a V.Sa. Se já foi respondida, perdoe-me, mas, se não, a senhora confirma a informação de que a Diretoria Executiva da PETROBRAS e o Conselho de Administração tinham conhecimento das irregularidades na RNEST?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - O que eu falei no meu depoimento e também já falei aqui hoje é que as informações referentes à viabilidade dos projetos eram encaminhadas sistematicamente para a Diretoria Executiva e para o Conselho, quando da aprovação do Plano de Negócios.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então a Diretoria Executiva tinha conhecimento. No depoimento, na resposta ao Sr. Antônio Figueiredo Basto e também ao advogado Mariz de Oliveira, fizeram uma pergunta à senhora da seguinte forma: *“O Diretor-Presidente participava do Conselho?”* A senhora disse: *“O Presidente da PETROBRAS participava”*. *“Ao se referir à Abreu e Lima, a Sra. Venina disse que a informação sobre a inviabilidade do projeto foi levada ao Conselho. ‘Houve alguma providência por parte do Conselho?’ A testemunha disse que não sabia. Mariz, então, perguntou quem presidia o Conselho de Administração da PETROBRAS”*. E a senhora respondeu: *“A Presidente Dilma Rousseff”*.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Está certo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E ela, como Ministra do PAC, tinha conhecimento, fazia o acompanhamento das obras da RNEST.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Correto.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito. Era essa a informação.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois não, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Há poucos minutos, o Líder do PT se disse extremamente preocupado com a denúncia do Ministério Público, com a decisão judicial, até, que diz que a origem do petrolão foi a Casa Civil.

Eu diria a V.Exa. e ao Brasil que eu estou extremamente preocupado também com a mudança de Relator dos processos das pessoas que têm foro privilegiado, pois no caso da Senadora Gleisi Hoffmann, o Relator vai ser Dias Toffoli, que, até poucos dias atrás, era advogado do PT aqui na Casa. Então, os cidadãos de bem no Brasil pedem que o Ministro se dê por impedido, porque senão vai ficar extremamente vergonhosa essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Antes de encerrar a reunião, eu gostaria de fazer também uma indagação a respeito da RNEST, a Refinaria Abreu e Lima, até porque temos aqui à mesa uma técnica, é inegável, de conhecimento aprofundado no assunto e que foi até responsável por postos importantes da estrutura organizacional da PETROBRAS.

Eu quero fazer uma pergunta, uma indagação, até porque há algumas constatações a que eu acho que a grande maioria aqui já chegou, com respeito ao plano dos negócios da PETROBRAS, que, muito provavelmente, por estarem acima da capacidade real da estatal, eram planos que forçavam a empresa a assumir compromissos, os quais ela viu, depois, que não tinha capacidade de realizar. E, com relação também à qualidade dos projetos, isso foi aqui discutido com vários depoentes que antecederam V.Sa. e que falaram sobre a qualidade dos projetos, projetos não conclusos e licitações que eram realizadas com esses projetos deficientes, além de compromissos com prazos que se apresentavam depois como inexecutáveis, forçando a algumas decisões que levaram a empresa a essa situação, contribuindo para levar a empresa a essa situação.

O que eu quero indagar a V.Sa. é relativo a dados que tenho aqui, passados por técnicos da PETROBRAS, com respeito a custos de investimentos, despesas de



capital, custos de construção de refinarias. Eu tenho informação de que na Índia o preço médio final de uma refinaria custaria na ordem de 13 mil dólares o barril processado. Na China, poderia chegar a 14 mil.

Vejo que V.Sa. começa a concordar.

Nos Estados Unidos, poderia chegar, talvez, a 22 mil dólares. Na RNEST, a Abreu Lima, o preço final que nós concluímos aqui é da ordem de 87 mil dólares o barril processado.

Então, a sequência dessas coisas todas: plano de negócios acima da capacidade da empresa, projetos sem a qualidade devida, licitações sendo realizadas, também, sem que os projetos estivessem naquela condição... Nós entendemos que, quando uma refinaria é iniciada, o projeto executivo não está totalmente concluído. Aquilo vai sendo feito ao longo da caminhada. Mas o resultado poderia ter sido este: uma refinaria que deveria custar um preço médio de 20 mil a 25 mil dólares poderia ter saído por 87 mil dólares o barril processado. Esses números são números razoáveis no entendimento de V.Sa.?

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - São razoáveis, o que significa que essa refinaria, em 25 anos, não se paga. Ela vai ser uma refinaria deficitária durante todo o seu tempo de vida útil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Até porque as notícias que nós temos é que a Direção da PETROBRAS já está absorvendo na sua contabilidade, no seu balanço, esse prejuízo. Esse prejuízo será absorvido ao longo de muitos anos, porque não dá para absorver tudo em 1 ano só, tal a magnitude da discrepância entre o que seria um preço razoável e o preço final. Eu só queria fazer esse comentário.

Passo a palavra agora para a Dra. Venina para as considerações finais que a senhora deseje formular.

A SRA. VENINA VELOSA DA FONSECA - Eu espero realmente ter contribuído com a Comissão, com os trabalhos da Comissão. Coloco-me à disposição para o que se fizer necessário. Eu queria fazer uma consideração em relação ao grupo técnico da PETROBRAS. Quero falar que é com esse grupo técnico, com a motivação, com a criatividade, com a capacitação é que nós vamos realmente reerguer essa empresa. Os empregados são orgulhosos da empresa que



têm. Eles estão passando por um período difícil. Mas, com motivação, com criatividade e, realmente, com a penalização das pessoas que foram envolvidas nesse processo, a gente retoma a empresa para o crescimento normal e contribui para a geração de empregos no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço a V.Sa. Acho que V.Sa., dentro das possibilidades, praticamente se colocou à disposição para responder a todas as perguntas. Portanto, foi muito importante esta sessão.

Quero também anunciar que esta Presidência está indeferindo o pedido relativo à oitiva dos Srs. Daniel Feffer e David Feffer, mantendo a data do dia 29 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.